

Rumo a
Democracia para o
Desenvolvimento dos
Estados na
África Austral

EDITADO POR

GODFREY KANYENZE

HERBERT JAUCH

ALICE D. KANENGONI

MASEGO MADZWAMUSE

DEPROSE MUCHENA



Publicado por

Weaver Press

Box A1922, Avondale, Harare, Zimbabwe

<www.weaverpresszimbabwe.com>

Publicado pela primeira vez em 2017

© Cada capítulo, o autor, 2017

Esta compilação, editores, 2017

Design da capa: Danes Design, Harare

Mapa: Avenida Savvy, Harare

Typeset por Weaver Press,

Impresso por Kadimah Print, África do Sul

A editora, redatores e todos aqueles que deram o seu contributo gostariam de expressar sua gratidão à OSISA pelo apoio e envolvimento na publicação deste texto.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada num sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer outro meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou de outra forma, sem a permissão por escrito da editora, Weaver Press.

ISBN: 978-1-77922-307-4 (impressão) Weaver Press

ISBN: 978-1-77922-308-1 (ebook) Weaver Press

About the authors: missing

Rumo a
Democracia para o
Desenvolvimento dos
Estados na
África Austral

EDITADO POR

GODFREY KANYENZE

HERBERT JAUCH

ALICE D. KANENGONI

MASEGO MADZWAMUSE

DEPROSE MUCHENA



ANGOLA NO PÓS-GUERRA: A NATUREZA BIFACETADA DO CRESCIMENTO SEM DESENVOLVIMENTO NUM ESTADO RICO EM PETRÓLEO

Jesse Salah Ovadia e Sylvia Croese

I. Introdução

Este capítulo realça o caso de Angola como um exemplo de um Estado da África Austral que, ao longo da última década, se tem servido dos recursos naturais para alcançar níveis impressionantes de crescimento económico sem atingir desenvolvimento económico, político ou social transformador, conforme especificado neste livro. Como consequência, Angola é o país com o mais elevado PIB *per capita* da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a seguir à África do Sul, mas, a par de outros países ricos em recursos naturais como o Botsuana, é igualmente uma das sociedades mais desiguais da SADC.

Os actuais tipos de desigualdades socioeconómica de Angola podem ter a sua origem no tempo colonial, mas mantiveram-se após a independência devido a décadas de guerra civil. A desigualdade tem-se aprofundado, de diversas maneiras, desde o final da guerra, em 2002, apesar da prosperidade económica do país no pós-guerra. A necessidade de intervenções orientadas para o desenvolvimento, destinadas a enfrentar os respectivos desafios constituídos pela pobreza e desigualdade em Angola é, por conseguinte, inegável.

Ao avaliar-se esta necessidade, é importante ter presente que Angola, embora partilhe a maioria das características de outros países da África Austral, diverge da generalidade dos seus vizinhos no que se refere à sua trajectória pós-colonial. Embora Angola tenha, formalmente, transitado de um estado de iniciativa socialista para uma economia de mercado na década de 1990, os preceitos da política neoliberal nunca chegaram a consolidar-se. Durante esta transição, muitas empresas e recursos públicos foram privatizados mas a disponibilidade de recursos petrolíferos permitiu ao governo angolano jamais entregar integralmente a economia a instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, como aconteceu na maioria dos países da África Austral, e o governo nunca implementou quaisquer Programas de

Ajustamento Estrutural. Além do mais, durante a década de 1990, a guerra civil incessante e a crise económica criaram um ambiente muito restrito para o sector privado, o qual constituiu o advento de uma vasta economia informal paralela. Entretanto, o núcleo da economia - a exploração de petróleo - manteve-se sempre sob o rigoroso controlo da empresa petrolífera pública, a Sonangol.

Desde o final da guerra, o governo angolano manteve-se relativamente independente de influências externas. Ao contrário do que aconteceu após conflitos noutros países da região, a reconstrução pós-guerra em Angola não tem sido financiada pelo Ocidente, mas basicamente através de linhas de crédito sustentadas pelo petróleo de países como a China. Um contexto de insegurança global crescente no sector da energia reduziu ainda mais a vantagem do Ocidente sobre a escolha e implementação de políticas de desenvolvimento do governo angolano, uma vez que a consolidação da presença de empresas (petrolíferas) ocidentais prevaleceu sobre a imposição de práticas de boa governação e transparência.

Enquanto isso, um prolongado e constante aumento do preço das matérias-primas intensificou o interesse pelo petróleo africano, quer por parte dos EUA quer da China, e inúmeros outros factores criaram novas possibilidades para o desenvolvimento impulsionado pelo Estado, que resultam da especificidade do actual momento histórico da produção petrolífera no Golfo da Guiné.

Durante a última década, o intervencionismo público alimentado pelo petróleo foi, de certa forma, eficaz e positivo. Após o final da guerra, o governo angolano, liderado pelo há muito presidente José Eduardo dos Santos, consolidou o seu controlo sobre o território e a economia nacional, reduzindo para cerca de 7% a hiperinflação que paralisou a economia durante a guerra. Efectuaram-se investimentos significativos na reabilitação e construção de novas infra-estruturas por todo o país e sectores como a construção, as finanças e o retalho têm florescido. Embora o custo de vida e das transacções comerciais ainda seja extremamente elevados, a reconstrução no pós-guerra permitiu investimentos crescentes na economia e o despontar de uma classe média urbana. Desta perspectiva, Angola ultrapassou o estado de desestruturação e insucesso que a caracterizavam na década de 1990, quando o país era encarado

como um rematado exemplo da maldição dos recursos¹.

Embora isto demonstre que existe potencial petro-desenvolvimento no pós-guerra angolano (Ovadia, 2015a), no tocante à redução das desigualdades e à erradicação da pobreza o governo angolano tem tido muitíssimo menos êxito. Além do mais, o modo hierárquico como o governo tem intervindo na economia, derivado da sua altamente modernista visão do desenvolvimento², pouco contribuiu para fortalecer instituições públicas ou para reforçar a transparência e a participação pública. Embora as políticas subjacentes à reconstrução no pós-guerra possam ser consideradas como orientadas para o desenvolvimento, pelo menos na intenção, a Angola do pós-guerra está, por conseguinte, longe de representar um “estado democrático orientado para o desenvolvimento”, definido no contexto deste estudo como “um estado ético, transparente, participativo e responsável, alicerçado numa ideologia orientada para o desenvolvimento e num autêntico compromisso para utilizar os seus recursos administrativos e políticos para alcançar o desenvolvimento socioeconómico”. Pelo contrário, as políticas de desenvolvimento pós-guerra reflectem o que Ovadia (2012) denomina uma “natureza bifacetada”, no sentido em que disponibilizam potencial para o crescimento económico a par com o reforço do poder e da riqueza da elite. Este tipo de abordagem do desenvolvimento liderada pelo estado e pela elite apresenta obstáculos significativos, tanto na manutenção dos actuais níveis de crescimento como na tradução desse crescimento em desenvolvimento a favor dos pobres, inclusive e sustentável a longo prazo.

O capítulo começa por enquadrar histórica e contextualmente os anos pós-independência e pós-guerra de Angola. Daqui em diante, vamos apresentar dois estudos de casos a fim de ilustrar a forma como o governo angolano usou o petróleo para fins orientados para o desenvolvimento durante a primeira década a seguir ao final da guerra. O primeiro estudo de caso coloca a ênfase no conteúdo político local da indústria do petróleo, ao passo que o segundo

1 Para conhecer um exemplo clássico da hipótese da maldição dos recursos, consultar Karl (1997). Encontra um debate mais contemporâneo consultando Ross (2012). Encontra uma perspectiva alternativa consultando Saad-Filho e Weeks (2013).

2 Para saber mais sobre a influência da elevada modernidade/visão moderna da elite angolana, consultar Soares de Oliveira (2015) ou Ovadia (2015b).

analisa o desenvolvimento urbanístico liderado pelo Estado. Segue-se uma análise dos elementos centrais das intervenções públicas na Angola do pós-guerra - nomeadamente na diversificação económica e no desenvolvimento não-petrolífero, no investimento público em infra-estruturas e no papel da empresa pública Sonangol. O capítulo termina com algumas reflexões e observações concludentes sobre os limites e perspectivas do crescimento no pós-guerra sem desenvolvimento.

2. História e contexto

Não se compreende integralmente o desenvolvimento pós-independência de Angola sem se compreender o regime colonial português. Durante a maior parte da era pré-colonial, as relações de Portugal com Angola foram dominadas pelo comércio de escravos e poucos eram os colonos portugueses a viver na colónia³. Até à segunda metade do século XX, Portugal era um país economicamente subdesenvolvido e com um regime político altamente autoritário. A relutância em abandonar as suas colónias ultramarinas conduziu a um êxodo apressado e não a uma transição negociada para a independência e a guerra civil que se lhe seguiu, em Angola, só terminou em 2002.

Esta secção começa por lançar alguma luz sobre as primeiras décadas da pós-independência, as quais foram marcadas pelo conflito e pelo colapso da economia. Segue-se uma análise da década posterior ao final da guerra, na qual contrasta o crescimento económico e a reconstrução alicerçados no petróleo com profundas desigualdades económicas, políticas e sociais.

2.1. Os anos da guerra após a independência de Angola: de um estado de iniciativa socialista à privatização por um estado capitalista

Tal como em muitos outros países africanos que optaram por alinhar com o bloco socialista após conquistarem a independência, os pilares fundamentais da construção do Estado durante os primeiros anos de independência em Angola foram o desenvolvimento de iniciativa pública, ou a “reconstrução nacional”, e a educação política.

3 Segundo Newitt (2007), foram exportados dos portos de Angola cerca de 2 milhões de escravos entre 1600 e a segunda metade do século XIX.

Em termos económicos isto implicou, principalmente, alcançar os níveis de produção pré-independência. Em termos políticos, a “reconstrução nacional” significou dotar o povo angolano de poder, embora sob o rigoroso controlo da “vanguarda revolucionária, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), visando defender, consolidar e desenvolver as conquistas revolucionárias das massas populares” (Lei 1/76, de 5 de Fevereiro). Todavia, as condições para este tipo de construção do estado pós-colonial eram altamente precárias.

Antes da independência, Angola encontrava-se entre os cinco maiores produtores de café do mundo. A par com produtos como o algodão, o sisal e o açúcar, o café representara mais de 60% das exportações do país, embora este número tenha descido para menos de 45% em 1970, à medida que exportações de produtos minerais como os diamantes, o minério de ferro e o petróleo cresceram (Whitaker, 1979: 206). A solidez dos sectores agrícola e mineiro impulsionaram uma prosperidade económica espectacular. Contudo, os benefícios desta prosperidade foram amplamente limitados e controlados pela população de colonos portugueses que residiam em Luanda, bem como em diversas cidades e províncias costeiras selectas (de Carvalho, *et al.* 2011: 43-45). Os esforços portugueses para tornar o desenvolvimento económico e social mais inclusivo surgiram apenas em resposta à luta armada pela libertação, que se iniciou em 1961. Nestes esforços incluiu-se a abertura da colónia a capital estrangeiro, a fim de estimular o crescimento económico, revogando o estatuto do *indigenato*⁴ (Bender, 2004: 149-155) e aprovando reformas nas áreas do trabalho e da educação (Heimer, 1979: 12-13). Porém, estas medidas pouco contribuíram para deter a luta armada e, após a queda do governo português em Abril de 1974, a descolonização tornou-se inevitável. O apoio militar cubano revelou-se crucial para o MPLA, tendo-lhe permitido manter o controlo sobre a capital, Luanda, face a uma ofensiva crescente por parte de movimentos de libertação rivais. Com o apoio dos EUA e da África do Sul, os movimentos de libertação rivais FNLA (Frente Nacional

4 Tratou-se de uma Lei Colonial de 1930, que apenas autorizava as pessoas negras e mestiças consideradas suficientemente aculturadas a tornarem-se cidadãos legais. Todavia, por volta de 1950, apenas 0,7% dos mais de 4 milhões de negros tinham alcançado este estatuto, percentagem que pouco se alterou daí em diante. Consultar Bender (2004).

de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) conseguiram controlar toda a região meridional do país no período que antecedeu a planeada data de independência. Foi apenas graças ao aumento do fornecimento de armamento soviético e à chegada, à última hora, de milhares de soldados cubanos que o MPLA conseguiu proclamar unilateralmente a República Popular de Angola, em Luanda, no dia 11 de Novembro de 1975 (Hodges, 1976); 55-56).

No entanto, a partida de cerca de 90% dos estimados 335.000 a 350.000 colonos portugueses deixou o país despojado da sua capacidade técnica, o qual rapidamente entrou numa espiral de colapso económico (Sogge, 1992; Soares de Oliveira, 2015). Integrado no seu projecto socialista de reconstrução nacional, o governo do MPLA nacionalizou todos os recursos abandonados pelos portugueses, incluindo terras. Os camaradas cubanos ajudaram o MPLA a apoderar-se de cidades em áreas anteriormente controladas pela UNITA e a lançar uma série de programas no sector social. Estes programas abrangiam a área da saúde, tendo sido colocadas nos hospitais de Luanda vastas equipas médicas e inauguradas clínicas por todo o país, visando prestar cuidados de saúde básicos às pessoas que habitavam em áreas remotas. Em 1978, três quartos dos médicos que trabalhavam em Angola eram cubanos. A fim de desenvolver o sector da educação, Cuba ofereceu bolsas de estudo a angolanos e enviou para o país cerca de 2.000 professores (de todos os níveis). O terceiro e mais expressivo campo de auxílio não militar cubano a Angola foi a assistência técnica prestada na reconstrução de infra-estruturas e construção de casas novas para as pessoas que habitavam nas cidades (George, 2005; 158-161).

Não menos significativo, o apoio cubano contribuiu igualmente para a violenta eliminação de sectarismos internos no partido. Após a “tentativa de golpe de Estado” e as subsequentes purgas de 1977 (Pawson, 2014), o projecto de poder popular do MPLA foi drasticamente reformulado, suspendendo quaisquer eleições locais e purgando o partido de eventuais inimigos e centralizando o controlo do partido sobre o Estado e a sociedade. Além disso, o apoio militar cubano incluía a protecção das plataformas petrolíferas do país e auxílio militar no combate à UNITA. Ironicamente, esta conjuntura permitiu que as multinacionais americanas continuassem a explorar o petróleo, apesar de o apoio dos EUA à UNITA. Com apoio militar do regime de *apartheid* da África do Sul, apoiado pelos EUA, a UNITA foi-se reforçando, a partir do

início da década de 1980, e ocupou partes significativas do país, chegando mesmo a fundar uma capital no mato, denominada Jamba, no sudeste do país, junto à fronteira com a Namíbia. Durante este tempo, a receita do petróleo deixou, praticamente, de ser usada para investir no desenvolvimento social. Em alternativa, as despesas militares ascenderam a metade do orçamento nacional anual e, em 1990, representavam cerca do quádruplo das despesas conjugadas da saúde e educação (Sogge, 1992: 117-118; Pereira, 1994: 10).

Após o colapso dos preços do petróleo em meados da década de 1980, foram introduzidas reformas económicas. Nessa altura, os cubanos tinham começado a abandonar Angola, ao abrigo do Acordo Tripartido de 1988, em contrapartida da retirada da África do Sul de Angola e da Namíbia (levando à posterior independência do país, em 1990). O socialismo foi oficialmente relegado como ideologia do Estado e o país iniciou a transição de uma economia centralizada no Estado para uma economia de mercado. Embora Angola se tenha tornado membro do Banco Mundial e do FMI em 1989, estas instituições não conseguiram exercer grande influência nos resultados destas reformas (Hodges, 2004). Ao abrigo dos Acordos de Bicesse, de 1991, foi adoptada uma nova constituição e decorreram eleições pluripartidárias em 1992. Todavia, a UNITA rejeitou os resultados após perder a primeira volta das eleições e retomou a luta. Embora o final da Guerra Fria e a queda do governo de *apartheid* da África do Sul tenham contribuído para o decréscimo do apoio externo tanto ao MPLA como à UNITA, ambos os partidos mantiveram um controlo activo sobre a exploração de petróleo e diamantes, respectivamente. Como consequência, um segundo acordo de paz assinado entre os dois partidos em 1994, o Protocolo de Lusaca, também não deu frutos.

Nessa altura, a pouca agricultura, indústria e demais actividades económicas praticadas, dada a devastação causada pela guerra, foram adicionalmente afectadas pela “Doença Holandesa”, um fenómeno associado

à maldição dos recursos⁵. A correspondente divisa, artificialmente mantida forte, não só impossibilitou a produção local de competir com as importações como tornou Luanda, a capital de Angola, numa das mais caras cidades do mundo. O fornecimento de serviços públicos foi basicamente gerido por ONG internacionais, enquanto a privatização de recursos públicos, de importações públicas e do respectivo mercado negro paralelo serviram para aquietar sectores estratégicos e politicamente relacionados da população (urbana) (Messiant, 1992; 23). Todavia, à medida que a crise económica e humanitária do país se agravava, com uma hiperinflação que alcançou o pico de 12.035% em Julho de 1996, o governo de dos Santos, no poder desde 1979, tornou-se alvo de crescentes críticas. Começaram a circular apelos para a realização de protestos nas ruas contra a corrupção governamental, enquanto a Igreja, os média e uma sociedade civil angolana em crescimento foram dando cada vez mais voz à necessidade de pôr fim à guerra (Messiant, 2001; 306-307; e Comerford, 2005). Numa tentativa de apaziguar a agitação social e melhorar a sua imagem, o Presidente dos Santos demitiu o Primeiro-Ministro do país e lançou um programa populista de reformas económicas, o qual introduziu uma taxa de câmbio fixa e processos rígidos de licenciamento de importações e de controlo dos preços. Como consequência, a inflação reflectiu alguma redução, embora contra o parecer do FMI, e aumentou significativamente a dívida pública nacional (Hodges, 2004; 106-107). Enquanto isso, a corrupção manteve-se inalterada. Em média, 36% das despesas do Estado entre 1998 e 2002 foram desorçamentadas e 11% nem sequer foram contabilizadas. Uma vasta porção das verbas omissas desvaneceram-se no “Triângulo das Bermudas”, entre a empresa petrolífera pública Sonangol, os cofres do Estado e o Banco Nacional

5 O termo “Doença Holandesa” teve origem numa crise ocorrida nos Países Baixos na década de 1960, decorrente da descoberta de vastas jazidas de gás natural no Mar do Norte, o que teve como consequência uma acentuada revalorização do florim holandês, tornando os produtos não-petrolíferos menos competitivos no mercado mundial. Actualmente, o termo é vulgarmente empregue para denominar alterações na estrutura produtiva associadas a um impacto favorável, como a descoberta de vastas jazidas de recursos naturais ou à subida do preço internacional de uma matéria-prima exportável, tomado como permanente. Nessas alterações estruturais inclui-se a contracção ou estagnação de outros sectores de bens transaccionáveis da economia, acompanhadas por uma revalorização da taxa de câmbio real do país.

(Hodges, 2004). Embora algumas destas verbas tenham servido para adquirir armamento, usaram-se somas consideráveis para enriquecimento pessoal do Presidente dos Santos e de pessoas das suas relações (Global Witness, 2002; Hodges, 2004; 166).

2.2. Angola nos anos do pós-guerra: crescimento económico num contexto de acentuadas desigualdades

Em 1999, o quartel-general da UNITA na Jamba, bem como os derradeiros centros urbanos sob a sua tutela existentes nas zonas montanhosas centrais do país, foram ocupados pelas forças armadas governamentais e, em Fevereiro de 2002, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, foi assassinado, pondo fim à guerra. Nessa altura, décadas de conflito armado tinham ocasionado uma crise humanitária grave. A maioria das infra-estruturas deixadas pelos portugueses ou construídas pelo programa nacional de reconstrução a seguir à independência tinham sido destruídas, havia vastas áreas do país minadas e calculava-se haver três a quatro milhões de pessoas deslocadas internamente, quase 30% da população total (FMI, 2003). Contudo, a ajuda internacional para reconstruir o país dependeria do aumento da transparência por parte do governo na gestão das receitas do petróleo, sendo a reconstrução norteada por estratégias de redução da pobreza e por reformas económicas e financeiras monitoradas pelo FMI (Tvedten e Orre, 2003; Pacheco, 2006).

Inicialmente, o governo do MPLA pareceu ceder a estas exigências, introduzindo algumas melhorias na gestão financeira dos recursos petrolíferos e aprovando uma estratégia de redução da pobreza. Todavia, em 2003, as negociações com o FMI voltaram a fracassar. Os posteriores planos de desenvolvimento a médio e longo prazo, como o actual Plano Nacional de Desenvolvimento de 2013 a 2017 (Governo de Angola, 2012) e a visão do governo para Angola em 2025 (Governo de Angola, 2007), prosseguem a estratégia inicial de redução da pobreza, reflectindo princípios liberais, prevalentes no tocante à importância da transparência e da boa governação. Ainda assim, receitas crescentes do petróleo limitaram a dimensão da capacidade de implementação destes princípios por parte de intervenientes externos.

Não obstante, nos primeiros anos do pós-guerra, o crescimento real do PIB de Angola aumentou de 3,3% em 2003 para 23,4% em 2007, tornando-a numa das economias de mais rápido crescimento do mundo. De Carvalho *et*

al. (2011: 68-69) atribuem este crescimento a inúmeros factores. Em primeiro lugar, a produção de petróleo duplicou. Em conjugação com o aumento dos preços do barril de petróleo no mercado internacional (de 28,2 dólares para 61,4 dólares em 2006, com um pico de subida superior a 130 dólares em 2008) geraram-se receitas inesperadamente elevadas para o governo, que lhe permitiram reduzir a dívida externa e aumentar as reservas de divisas. Políticas económicas mais eficazes e melhor implementação das medidas políticas por parte do Banco de Angola, destinadas, por sua vez, a estabilizar a taxa de câmbio nominal, contribuíram significativamente para a redução da inflação e a valorização da unidade monetária nacional, o Kwanza.

Actualmente, Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África Subariana, a seguir à Nigéria, estimando-se possuir reservas petrolíferas no valor de 10 mil milhões de barris. A maioria deste petróleo é explorado ao largo e cada vez mais em águas profundas. As receitas do petróleo contribuem para mais de três quartos das receitas nacionais, quase metade do PIB nacional e praticamente 98% do valor global das exportações (EIU, 2013; FMI, 2014). Embora extremamente importante para o desenvolvimento local das províncias ricas em diamantes de Lunda Norte e Lunda Sul, os diamantes contribuem apenas com 1,8% para as exportações nacionais. Não obstante, representam 6,7% da produção diamantífera mundial por volume e cerca de 8% por valor⁶.

Embora Angola seja um estado-membro de organizações regionais como a SADC, o governo mantém relações comerciais e de investimento principalmente com países não africanos. Tem efectuado escassos esforços de integração regional e não aderiu à Zona de Comércio Livre da SADC (Redvers, 2013).

Recorrer ao petróleo como garantia para o crédito permitiu ao governo contrair empréstimos num valor que ascende a 15 mil milhões de dólares; os mais significativos são garantidos pelo petróleo e provêm da China, bem como do Brasil e de Israel (Banco Mundial, 2007; 50-51). Estes empréstimos foram usados para financiar a construção e reabilitação de infra-estruturas públicas como estradas, portos marítimos e aeroportos, melhorando o acesso e a mobilidade dentro do país. Em conjugação com um crescente

6 USGS Minerals Yearbook Angola 2011, disponível em <http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/country/2011/myb3-2011-ao.pdf>

investimento público e estrangeiro houve um crescimento significativo do sector não-petrolífero, de quase 17% por ano no período entre 2003 e 2007. Este crescimento ocorreu inicialmente em sectores predominantemente públicos, como o da construção e o financeiro, mas também no energético, pesqueiro, agrícola, dos produtos manufacturados e retalhista (BAF, 2014).

Desde o final da guerra até 2008, o PIB nacional decuplicou, atingindo quase 85 mil milhões de dólares. A par com a África do Sul, o PIB de Angola responde actualmente por quase 80% do PIB total dos 15 membros da SADC, sendo um de apenas seis países com um PIB *per capita* superior ao nível de 5.000 dólares, após crescer a uma taxa média anual de 4,7% nos últimos três anos (*World Economic Outlook* do FMI, 2014).

Este crescimento permite que Angola faça investimentos públicos que eclipsam os dos países da região. Todavia, apesar dos investimentos substanciais na reconstrução nacional nos anos do pós-guerra, mantêm-se diversas formas estruturais de desigualdade no país (consultar igualmente de Carvalho *et al.* 2011).

Desigualdade económica, política e social

A economia colonial e as políticas e práticas socioeconómicas dos portugueses em Angola constituíram as bases de uma sociedade profundamente desigual (de Carvalho *et al.* 2011). Após mais de 30 anos de guerra e de uma profunda devastação, o governo do MPLA deparou-se com uma situação extraordinariamente desafiante. Embora o governo tenha conseguido reduzir significativamente a inflação nos primeiros anos do pós-guerra, graças a uma correcção orçamental baseada na redução do défice não-petrolífero primário, na estabilidade da taxa de câmbio e em limitadas condições de liquidez, a par com a sua ampla estratégia de diversificação económica, continua a esforçar-se por manter uma inflação de um dígito, devido à pesada dependência do país de bens importados destinados a satisfazer a procura nacional (Banco Nacional de Angola, 2012). Isto evidencia a dimensão do domínio da economia nacional pelo sector do petróleo, apesar de vários anos de crescimento consolidado dos sectores não-petrolíferos da economia. Explica igualmente a importância da Sonangol, que recebe as receitas do petróleo, possui significativas participações financeiras em todos os blocos petrolíferos e, nos últimos anos, expandiu as suas actividades da exploração e produção para todos os sectores da economia. Nas

actividades do grupo Sonangol incluem-se não só diversos serviços petrolíferos e actividades a jusante (refinação e distribuição), mas igualmente transporte, produção industrial, imobiliário, construção, telecomunicações, seguros e serviços financeiros (Heller, 2012).

Oportunidades de emprego, rendimentos acima da média e condições de vida relativamente melhores atraíram a migração para a cidade antes da guerra, a qual deu origem a uma classe média urbana. Todavia, ainda são em número muito limitado aqueles que conseguiram aumentar os seus rendimentos o suficiente para integrar a classe média de Angola, já que o crescimento do PIB tem uma distribuição extremamente desigual. Existem igualmente diversos indicadores de que o fosso entre ricos e pobres tem vindo a alargar. Embora seja difícil encontrar números consistentes e credíveis, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estima que o índice de Gini de Angola para 2000-2010 tenha sido de 58,6, embora 54,3% da população vivesse com menos de 1,25 dólares por dia (2010; 154). Estes números colocam Angola entre os países mais desiguais, não apenas da SADC mas também do mundo⁷. A desigualdade económica reflecte-se também geograficamente, com os mais abastados concentrados em áreas urbanas, especificamente na capital, Luanda⁸.

Conquanto a segurança da cidade fosse a razão mais óbvia para a urbanização extremamente rápida que ocorreu durante a guerra, o crescimento urbano manteve-se inalterado nos anos do pós-guerra já que a maioria dos esforços de reconstrução do pós-guerra se concentraram na capital. As conclusões do primeiro censo pós-independência, que ocorreu apenas em 2014, indicam que a população total de Angola é, actualmente, composta por 24,4 milhões de pessoas (Governo de Angola, 2014). Não existe uma grande densidade populacional, considerando a dimensão do país, mas é o

7 Em 2014, ambos os dígitos tinham descido significativamente, tendo o Gini de 2003-2012 caído para 42,7 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2014: 170). Contudo, com o impacto da crise financeira em Angola é difícil saber ao certo o que este coeficiente de Gini representa.

8 Mesmo durante o socialismo, os esforços de construção do Estado beneficiaram a população urbana e associaram politicamente elites, já que dois terços da população habitava em áreas rurais e a filiação partidária era relativamente baixa, especialmente após a rectificação do partido (Somerville, 1986: 96-97).

quádruplo da população relativamente ao último censo, de 1970. Elevadas taxas de fertilidade (6,4 nascimentos por mulher) e uma baixa esperança de vida (48 anos ao nascer) tornam a população angolana jovem, tendo quase metade menos de 15 anos de idade (INE, 2011).

Embora Luanda seja a província mais pequena do país, representando uns meros 0,18% do território nacional, é habitada por quase um terço da população. Se se incluir a adjacente província de Bengo e a capital da província litoral de Benguela, este número sobe para 40%, e se incluirmos as capitais da província central do Huambo (Huambo) e da província sudoeste da Huíla (Lubango) então o número ascende aos 60% (Alves da Rocha, 2010; 42).

Entre 2003 e 2007, Luanda era responsável por uma média de 74% do PIB nacional, enquanto, em 2007, 55% das empresas estavam sediadas na capital, gerando 77% dos empregos no sector privado e 27% dos empregos no sector público (Alves da Rocha, 2010: 54-59). A importância da capital é ilustrada pelo facto de, em média, cerca de 30% dos investimentos públicos do orçamento geral do Estado serem afectados a Luanda. No entanto, dois terços da população de Luanda ainda dependem do sector informal para a sua sobrevivência e habitam em povoações informais superpovoadas (INE, 2010). Além do mais, a concentração de recursos na capital teve como consequência uma migração rural-urbana contínua devido à falta de serviços e de oportunidades de emprego nas províncias do interior do país, bem como à falta de apoio adequado para o sector agrícola, que sustenta um considerável segmento da população nacional. Calcula-se que, em 2008, o sector agrícola empregava, *grosso modo*, 4,7 milhões de angolanos, a maioria dos quais integrada em pequenas explorações agrícolas, o que constitui 63% da população activa (Governo de Angola, 2009).

Além da concentração de crescimento económico e de actividades em Luanda, o poder político encontra-se também profundamente centralizado na capital. A centralização do poder encontra também a sua origem no regime colonial, a qual se aprofundou bastante no tempo pós-independência já que a presença do governo em exercício se confinava em grande parte à capital e as exigências da guerra serviam de desculpa para justificar a concentração de poderes no órgão executivo do governo. Nos anos do pós-guerra, apesar da transição oficial para a democracia pluripartidária, a dominância do partido

único consolidou-se através do controlo do partido no poder sobre o Estado, o qual lhe permite controlar as condições em que decorrem as eleições. Assim, garantiu-se a vitória do MPLA nas eleições de 2008 e 2012. Embora os partidos da oposição, incluindo uma coligação recém-criada denominada CASA-CE (Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral), tenham conseguido obter em conjunto 30% dos votos nas últimas eleições, o seu poder é limitado devido ao controlo do governo sobre os meios de comunicação públicos e independentes (Vidal e Pinto de Andrade, 2008). Com a diminuição do financiamento externo para o desenvolvimento, o papel das organizações da sociedade civil de desafio eficaz à hegemonia do partido no poder é igualmente limitado. Neste contexto, emergiram manifestações como meio alternativo de exprimir descontentamento. Desde 2011, ocorreram em Luanda mais de 30 demonstrações antigovernamentais, bem como noutros pontos do país (Amnistia Internacional, 2014). Além disso, as redes sociais tornaram-se num meio alternativo para expressar descontentamento cívico. Embora a nova constituição, adoptada em 2010, proteja o direito à liberdade de expressão e manifestação, centraliza igualmente o poder na Presidência, permitindo-lhe controlar os órgãos legislativo e judicial do governo. Além do mais, a introdução de um sistema presidencial-parlamentar permitiu ao Presidente dos Santos, no poder desde 1979, governar por mais dois mandatos de cinco anos cada. O que poderá mantê-lo no poder até 2022.

As eleições locais ao nível dos municípios ainda aguardam vez para se realizarem, desde as primeiras eleições pluripartidárias que decorreram em 1992. Há muito prometidas, têm sido continuamente adiadas. Isto significa que, a nível local, não existem entidades locais eleitas nem orçamentos autónomos. Embora, recentemente, se tenha dado maior ênfase à importância dos planos de desenvolvimento local, cerca de 90% do orçamento do Estado é afectado ao e controlado pelo governo central (Udelsmann Rodrigues, 2011). Ademais, apesar dos investimentos crescentes no sector social, uma parte significativa do orçamento continua a destinar-se a despesas militares. Segundo o Instituto Internacional de Estocolmo para a Investigação sobre a Paz (SIPRI), as despesas com a defesa angolana, em 2013, ascenderam a 6,5 mil milhões de dólares, um aumento de 36% relativamente ao ano anterior. De acordo com a classificação de 2013, este valor tornava Angola no país que mais despendia com defesa na África Subsariana, a seguir à África do Sul, e

no segundo maior do continente, a seguir à Argélia⁹.

Embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Angola tenha melhorado significativamente de 0,405 em 2000 para 0,526 em 2013, o país ainda ocupa o 149º lugar entre 187 países, o que o coloca na categoria de baixo desenvolvimento humano. Quando a este valor se desconta a desigualdade, o IDH desce ainda mais, para 0,295 (PNUD, 2014)¹⁰. A Tabela 1 resume os indicadores económicos chave para o período de 2000-2013.

Tabela 1. Indicadores determinantes, Angola

	2000	2005	2010	2011	2012	2013
Valor do HDI	0,405	0,446	0,504	0,521	0,524	0,526
PIB per capita	656	1.707	4,219	5.159	5.539	5.668
	dólares	dólares	dólares	dólares	dólares	dólares
Crescimento do PIB	3,0	18,3	3,4	3,9	5,2	4,1
Crescimento do PIB não-petrolífero	-	-	7,6	9,5	5,6	5,8
GINI	58,6	-	42,7	-	-	-
Inflação	325,0	23,0	14,5	13,5	10,3	8,8
Entradas de IDE (% do PIB)	9,6	-4,6	-3,9	-2,9	-6,0	-3,5
Investimento (% do PIB)	13,8	8,8	12,7	11,4	13,6	16,0

Fontes: Banco Mundial, FMI; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

9 Consultar *Military Expenditure Database* do SIPRI em <http://milexdata.sipri.org/>

10 O IDH ajustado pela desigualdade pode encontrar-se em <http://hdr.undp.org/content/inequality-adjusted-hdi>

3. Estudo de casos do desenvolvimento baseado no petróleo

Com níveis persistentemente elevados de pobreza e um processo de democratização estagnado, apesar do rápido crescimento económico, a Angola contemporânea é um paradoxo de um crescimento incomparável a par com pobreza, desigualdade e autoritarismo. Nas palavras de Hodges, o petróleo contribuiu para a existência de “um sistema de favorecimento que pode, com êxito, subornar ou aliar potenciais rivais e adversários com uma magnitude quase sem paralelo na África Subsariana” (Hodges, 2007: 175). Ainda assim, a promoção da componente local na indústria do petróleo e do gás e a construção de habitação social pelo Estado ilustram bem o simultâneo reconhecimento da necessidade de desenvolvimento económico e social no país bem como de recorrer ao petróleo para este fim. São, por conseguinte, estes dois estudos de casos que vamos agora examinar.

3.1. Políticas de componente local no sector angolano do petróleo e do gás

A extracção de petróleo em Angola, tal como em muitas outras partes do mundo, decorre em enclaves seguros, bastante distantes do restante país (Ferguson, 2005). A extracção de petróleo é de capital intensivo, exigindo uma mão-de-obra relativamente reduzida. A mão-de-obra necessária é basicamente altamente qualificada. Conforme supracitado, durante a guerra civil de Angola, as operações de extracção de petróleo em Cabinda foram defendidas por soldados de elite, muitos dos quais eram, ironicamente, cubanos, bem como por segurança privada (Shaxson, 2007; Reed, 2009). Descritas como um “extenso subúrbio ao estilo norte-americano...onde nem faltava um campo de golfe de 18 buracos” (Soares de Oliveira, 2007a): 108), as instalações da *Gulf Oil Company* eram um mundo à parte das cidades e das zonas rurais devastadas pela guerra. A maioria das funções eram desempenhadas por trabalhadores da indústria petrolífera expatriados. Embora o final da guerra civil, em 2002, tenha representado um novo capítulo para Angola, a indústria do petróleo permanece um empregador bastante insignificante, que emprega menos de 0,21% de angolanos na exploração e produção petrolíferas (CEIC, 2010).

Dada a falta de benefícios locais e de diversos potenciais resultados

negativos, poder-se-ia perguntar qual a razão para um país sequer permitir a extração de petróleo. Um recente relatório do PNUD sobre indústrias extractivas e desenvolvimento menciona que “a exploração de recursos naturais não-renováveis tem, frequentemente, desencadeado conflitos violentos, degradado o ambiente, piorado as desigualdades de género e outras, deslocado comunidades e subvertido a governação democrática”. Simultaneamente, continua a afirmar que “conhecem-se inúmeros casos em que a gestão eficaz dos recursos naturais de uma sociedade tem desencadeado desenvolvimento sustentável e humano equitativo”. O relatório do PNUD continua afirmando que “são a concepção e implementação de um leque alargado de políticas que definem se os países conseguem mobilizar os recursos extractivos para o desenvolvimento sustentável para todos” (2012: 3). Se estiver correcta, esta análise sugere a necessidade de avaliar quais as políticas que podem alcançar resultados mais significativos e em que circunstâncias. Esta abordagem é nuclear para um Estado orientado para o desenvolvimento.

Uma introdução à componente local do petróleo e do gás

Segundo Esteves *et al.* (2013) os governos podem adoptar diferentes estratégias de modo a maximizar os benefícios dos recursos naturais e a permitir que o petróleo, o gás e a exploração mineira contribuam para expandir a base industrial local. Existem estratégias de maximização de *royalties*, de receitas fiscais e de componente local. Estas estratégias envolvem a estratégia da *Africa Mining Vision* (AMV), um programa da União Africana e da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), a qual identifica a necessidade de aproveitar as oportunidades proporcionadas pelos recursos para alicerçar a diversificação, o crescimento e o desenvolvimento¹¹. A AMV debate estas oportunidades em termos de rendimentos (receitas) obtidos com os recursos, do uso colateral de infra-estruturas para combater a Doença Holandesa, do valor acrescentado a jusante e a montante e do desenvolvimento de tecnologia/produtos através de investimentos orientados para os recursos humanos, a investigação e o desenvolvimento.

Nos casos de maior êxito de desenvolvimento sustentado pelo petróleo,

11 Para saber mais sobre a AMV e a sua relação com a componente local e a governação dos recursos naturais, consultar Ovadia (2014).

utilizaram-se ambas as estratégias de forma complementar. Contudo, em Angola, tal como em muitos outros países subdesenvolvidos mas ricos em recursos, a ênfase foi colocada basicamente nas receitas do petróleo. Embora a guerra civil complique o problema angolano, o que piora tudo é o facto de a ênfase não ter sido colocada no modo como essas receitas poderiam ser usadas para o desenvolvimento mas sim, conforme supra descrito, no modo como poderiam ser usadas para fortalecer o poder do presidente e do regente MPLA.

Destas duas estratégias, a mais óbvia é a que maximiza as receitas das royalties e fiscais. Por outro lado, as políticas de componente local (PCL) exigem explicações mais aprofundadas. As PCL contribuem para maximizar a contribuição local para determinada indústria, através de regulamentos e requisitos para participação da mão-de-obra e empresas locais que podem fornecer bens e serviços. Esta forma de intervenção estatal sofre a oposição, de base ideológica, de partidários do liberalismo económico. Todavia, ao longo do tempo, muitas instituições internacionais as têm advogado. Ainda que afirmem não serem contra ou pró as PCL, até o Banco Mundial, num extenso relatório com 197 páginas sobre PCL, reconhece agora que, embora, na prática, tenham alcançado resultados variáveis, as “PCL podem estimular o desenvolvimento económico de base alargada, o qual é necessário para aliviar a pobreza e alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas (ODM)” (Tordo et al. 2013: xi).

A seguir à independência, Angola defendeu as PCL, nomeadamente em termos de leis e regulamentação, exigindo a contratação de trabalhadores angolanos - uma política conhecida localmente como *Angolanização* (Ovadia, 2012). Simultaneamente, poucas dúvidas há de que, conforme referem os resultados do estudo do caso angolano juntamente com o relatório do Banco Mundial, “a riqueza proveniente do petróleo de Angola não tem sido eficazmente gerida para benefício da economia e da população em geral” (Tordo et al. 2013: 25). As questões citadas de falta de transparência, elevada pobreza, perda de receitas e queixas sobre o respeito pelos direitos humanos serão debatidas a seguir com mais pormenor.

A importância das políticas de componente local

Nos últimos anos, Angola tem prosseguido ambas as estratégias referidas por Esteves et al. (2013). Desde o final da guerra, tem-se recorrido às receitas do petróleo para financiar a construção e reabilitação de infra-estruturas e de demais programas de desenvolvimento, no contexto da reconstrução do pós-guerra. Simultaneamente, as políticas de componente local tornaram-se numa ferramenta cada vez mais significativa da política pública industrial, para maximizar os benefícios da riqueza proveniente do petróleo para promover um crescimento económico mais amplo e diverso. No remanescente desta secção, o debate limitar-se-á à forma como Angola pode maximizar a componente local visando promover o crescimento económico e a industrialização. Segundo o relatório de 2013 da OSISA sobre a actividade petrolífera, no ano de 2011 as receitas anuais do petróleo ascenderam a 37,99 mil milhões de dólares (OSISA, 2013: 14). Esta é, obviamente, uma quantia avultada para dedicar ao desenvolvimento económico do país. Contudo, a importância das PCL para a retenção de investimento na economia angolana, promovendo ligações com a economia não-petrolífera a montante e a jusante do sector petrolífero, criando empregos nas empresas de serviços petrolíferos e noutras e promovendo o crescimento económico, é, frequentemente, ignorada. Em resumo, a componente local destina-se a estimular os negócios locais, a criar e a proteger empresas locais de produtos manufacturados, a fim de conseguirem ter êxito no sector dos serviços petrolíferos e possibilidades de se expandirem mais além.

Na sua análise às ligações dos produtos manufacturados da indústria do petróleo e do gás de Angola, Teka (2012: 464) calcula que o capital total investido em serviços nos campos de petróleo em Angola, entre 2004-2010, seja superior a 52 mil milhões de dólares (consultar a Tabela 2). Teka centra-se nos trabalhos submarinos de umbilicais, tubulações ascendentes e linhas de ligação (*flowlines*) (SURF), equipamento usado para transportar petróleo do poço submarino para a superfície. No sector do SURF, a mão-de-obra representa aproximadamente 20% das despesas operacionais (Teka, 2012: 465). Uma parte das quais já é capturada pela economia local. Contudo, uma percentagem diminuta do restante investimento, além dos serviços básicos, será capturada internamente. Embora não exista uma avaliação consolidada da componente local global nas ligações a montante dos serviços petrolíferos,

os peritos e os membros da indústria petrolífera costumam assumir que deve rondar 10-15%. No período de 2004-2010 foi provavelmente um pouco inferior. Dado o nível de investimento calculado por Teka, um aumento de 10% na componente local, devido às PCL, teria retido mais de 5 mil milhões de dólares na economia nacional durante esse período. Tendo em conta estes dados, o significado das PCL ganha maior ênfase - especialmente ao estimar-se que, actualmente, o investimento anual na indústria petrolífera angolana seja superior a 15 mil milhões de dólares (Governo de Angola, 2010b)¹².

Tabela 2. Investimento nos serviços dos campos de petróleo (2004-2010)

Subsector Despesas de capital	
Manutenção	4.125.000.000 dólares
Aquisição, construção e instalação	4.246.000.000 dólares
Sistemas, equipamento, tubagem e válvulas	2.111.000.000 dólares
SURF, linhas de comando e linhas de ligação (<i>flowlines</i>)	10.832.000.000 dólares
Sistemas de produção submarinos	5.808.000.000 dólares
Serviços submarinos	787.000.000 dólares
Plataformas e perfuração	11.784.000.000 dólares
Sistemas de perfuração	3.385.000.000 dólares
Serviços de perfuração direccional	9.158.000.000 dólares
Desmantelamento	1.000.000 dólares
Total	52.237.000.000 dólares

Fonte: Adaptado de Teka (2012)

¹² Segundo o Ministério dos Petróleos angolano, o investimento na indústria petrolífera rondou os 16,5 mil milhões de dólares em 2009, superior ao de 13 mil milhões em 2008. 74,2% deste investimento proveio de IOC, 24% do Estado (incluindo a Sonangol) e menos de 2% de empresas petrolíferas nacionais (MINPET, 2010).

As actuais PCL angolanas surgem numa série de leis, regulamentos e acordos de participação na produção (APP) entre o Estado e as empresas petrolíferas internacionais (IOC) que exploram diversas concessões. Na Figura 1 encontra um resumo das mais significativas ferramentas das PCL. A componente local em termos de *Angolanização* rege-se pelo decreto-lei nº 17/2009, o qual especifica que as IOC “têm obrigação de preencher os seus postos de trabalho, a todos os níveis e cargos, com cidadãos angolanos”, mas permite que “caso se demonstre não haver número suficiente de cidadãos angolanos devidamente qualificados e experientes no mercado nacional, pode contratar-se pessoal estrangeiro, mas apenas com autorização prévia do Ministério dos Petróleos” (decreto-lei nº 17/2009 de 26 de Junho). A *angolanização* é monitorada e aplicada pelo Ministério dos Petróleos.

Em termos de bens e serviços, o decreto nº 127/2003 de 25 de Novembro promove a componente local ao exigir que, quando o custo não for superior a 10%, os bens e serviços básicos sejam fornecidos por empresas angolanas, bens e serviços mais especializados sejam fornecidos por empresas estrangeiras em acordos de coempendimento com empresas angolanas, e permite que as empresas estrangeiras concorram em termos de igualdade apenas para o fornecimento de bens e serviços altamente especializados. A aquisição de bens e serviços pelas IOC é gerida pela empresa e concessionária petrolífera nacional, Sonangol. Decorre do poder da empresa para aprovar propostas. Embora Tordo e Anouti considerem o decreto nº 48/06 de 1 de Setembro como a fonte desta autoridade, existem, de facto, regulamentos mais rigorosos que capacitam a Sonangol para aprovar aquisições de APP (Ovadia, 2012) Consta igualmente que a Sonangol está a trabalhar num novo plano de componente local em coordenação com o Ministério dos Petróleos (Teka, 2012; Ovadia, 2012).

Figura 1. Resumo das ferramentas políticas da componente local em Angola

Angolanização	Abastecimento nacional de bens e serviços
<p>Recrutamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Ministério dos Petróleos deve aprovar o recrutamento de qualquer trabalhador estrangeiro • O Ministério dos Petróleos deve aprovar os planos de recrutamento anuais <p>Formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As empresas devem disponibilizar programas de reforço das capacidades, previamente aprovados pelo Ministério dos Petróleos • As empresas devem contribuir para um fundo de formação e desenvolvimento gerido pelo Ministério dos Petróleos <p>Substituição de mão-de-obra estrangeira:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As empresas devem atingir os objectivos da <i>Angolanização</i> por estrutura de cargos definida pelo Ministério dos Petróleos 	<ul style="list-style-type: none"> • Exclusividade de empresas angolanas para abastecer bens e serviços que exijam capital limitado e saber-fazer não especializado • Conformidade parcial para bens e serviços que requeiram um nível razoável de capital e um nível limitado de capacidades, exigindo coentendimentos entre empresas nacionais e internacionais • Devem ser oferecidos às empresas locais, com pelo menos 51% de capital angolano: • Incentivos fiscais, incluindo a isenção ou redução de contribuições industriais, de impostos sobre rendimento, importações e outros. • Apoio financeiro sob a forma de subsídios, empréstimos, fomento para capital de risco, acesso a fundos de gestão privados acordados e garantias financeiras • Apoio técnico • Direitos e privilégios especiais na atribuição de concessões

Fonte: Adaptado de Tordo et al. (2013)

Êxitos iniciais ou precoces

Ao passo que os esforços iniciais de *Angolanização* e outras formas de “nacionalização dos recursos” (Vivoda, 2009) depararam com uma firme resistência por parte da indústria internacional do petróleo e, na verdade,

nunca foram muito bem-sucedidos em Angola (Ovadia, 2012), as PCL foram conquistando maior legitimidade e conseguiram aumentar a participação local na indústria do petróleo. Esta legitimidade e cooperação, não apenas do Banco Mundial e demais instituições internacionais mas também das IOC, representa, talvez, o maior êxito até gora ao falarmos da promoção da componente local. Reflectindo a convicção com a qual os funcionários angolanos transmitiram o seu apoio à componente local, Heller (2012: 858) escreve que “a maioria dos funcionários internacionais a trabalhar em Angola referem que a Sonangol é mais exigente em relação à componente local e dá-lhe maior ênfase do que empresas homólogas de outros países”.

Todavia, a componente local em Angola enfrenta outros desafios consideráveis. O estudo do caso de Angola do Banco Mundial enumera quatro categorias de desafios para as empresas nacionais. Ei-los: 1) inadequação das infra-estruturas e do equipamento de manutenção, 2) recursos financeiros insuficientes para impulsionar a mudança, 3) baixo nível de competência técnica, 4) falta de colaboração (Tordo *et al.* 2013: 36). Segundo Ovadia, existem ainda três conjuntos de preocupações suplementares/simultâneas. A saber: 1) a capacidade humana da mão-de-obra angolana, 2) a capacidade das empresas angolanas para produzir bens e serviços de qualidade e 3) os papéis antagonísticos da Sonangol como regulador, operador e parceiro de coempreendimentos em muitas empresas de serviços (Ovadia, 2012: 410-413). Embora as questões das competências e dos recursos sejam importantes, esta secção irá abordar questões de transparência e corrupção e os papéis antagonísticos da Sonangol serão debatidos mais à frente.

O relatório da OSISA sobre a actividade petrolífera em Angola refere que no sector petrolífero “as evidências indiciam que funcionários públicos angolanos beneficiam da propriedade e são accionistas de empresas angolanas às quais foram atribuídos contratos no sector petrolífero - violando a lei angolana e internacional”. O que, argumenta o relatório, se deve ao facto de “o princípio de confidencialidade consagrado nas leis angolanas sobre petróleo favorecerem a corrupção e abrirem caminho ao desvio de receitas do petróleo”. Continua afirmando que, embora possua leis rigorosas sobre corrupção, “Angola não tem uma instituição anticorrupção politicamente independente com mandato para investigar e processar judicialmente casos de corrupção” e que “existem agências com algum nível de funções contabilísticas,

muitas das quais reportam ao presidente” (OSISA; 2013: 1).

As questões da transparência e corrupção impregnam os debates de Angola e o Estado angolano. No recente Índice de Governança dos Recursos do *Natural Resource Governance Institute* (anteriormente denominado *Revenue Watch Institute*), foi atribuída a Angola uma “baixa” classificação geral de 42, sendo o 41º de 58 países. As maiores preocupações relacionam-se com a corrupção e com o Estado de Direito (NRGI, 2013). No Índice da Facilidade de Fazer Negócios (2013), do Banco Mundial, Angola encontra-se actualmente classificada em 179/189 e no Índice de Percepção da Corrupção da *Transparency International* (2013) estava classificada em 153/177¹³.

A OSISA assinala que “em Angola, as instituições políticas responsáveis pelas verificações e equilíbrios de eventual maleficência na indústria do petróleo são débeis ou nem existem” (OSISA, 2013: 11, 17-18). O novo Fundo Soberano de Angola, de 5 mil milhões de dólares, lançado em 2012, levanta preocupações de governação similares. Além do facto de o seu presidente ser um dos filhos do Presidente dos Santos, existe pouca informação sobre a forma como o fundo, o qual possui objectivos ambivalentes sociais bem como de rentabilidade financeira, será financiado e como determinará os seus investimentos (Redvers, 2014). Estas questões de governação tornam questionável, a de outro modo defensável posição, que o fundo tenha objectivos orientados para o desenvolvimento, por porventura existirem preocupações legítimas de que o fundo será usado para promover ou fomentar os interesses de membros individuais da elite.

A evidência mais óbvia de corrupção e de manifestação de instituições débeis revela-se no problema das verbas não contabilizadas. Durante a guerra civil, as verbas não contabilizadas que desapareceram no denominado “Triângulo das Bermudas” foram basicamente usadas para comprar armamento, como no escândalo *Angolagate*, documentado pela ONG *Internacional Global Witness* (GW) e outras (GW, 2002; Hodges, 2004). As verbas não contabilizadas no período de 1997-2003 ascenderam a 4,22 mil milhões de dólares, enquanto em anos mais recentes a ONG *Human Rights Watch* (HRW) exigiu que Angola explicasse os 32 mil milhões de dólares dos quais o FMI não encontrou rasto

13 Consultar <http://www.doingbusiness.org/rankings> e <http://cpi.transparency.org/cpi2013/results/>

no período de 2007-2010 (HRW, 2011). Embora muitas destas discrepâncias tenham sido posteriormente explicadas - segundo o FMI encontrou-se 95% do dinheiro e a reconciliação de contas de 2007-2010 está a decorrer (FMI, 2014: 10) - os restantes 5% ainda ascendem a 1,5 mil milhões de dólares.

A OSISA realça ainda outras preocupações. Algumas, como a necessidade de maior transparência e de informação pública sobre o sector petrolífero, de modo a que os cidadãos, jornalistas, membros do Parlamento e grupos de vigilantes angolanos possam garantir a utilização responsável das receitas do petróleo, são muito importantes. Outras, como a preocupação expressa no relatório referente à nova taxa de tributação para a indústria petrolífera nacional são menos preocupantes (OSISA, 2013: 14). Ao invés da implicação evidente no relatório da OSISA, conceder às petrolíferas nacionais desagravamentos e protecção fiscais é uma estratégia de desenvolvimento perfeitamente legítima e eficaz - especialmente quando, como neste caso, são concedidos a todo o sector nacional em vez de a capitalistas individuais. Todavia, as políticas de componente local estarão sempre ligadas a privilégios concedidos a capitalistas locais e à protecção de indústrias estratégicas (Ovadia, 2013). Estas políticas só estarão verdadeiramente ao serviço dos melhores interesses do país se promoverem não apenas o crescimento da indústria de serviços petrolíferos mas também o desenvolvimento e industrialização económicos não-petrolíferos.

Políticas de componente local e desenvolvimento económico não-petrolífero

Embora as empresas de serviços petrolíferos empreguem significativamente mais angolanos do que as próprias empresas petrolíferas, o emprego total nas OSC ainda é de apenas 0,72% comparado com 0,21% (CEIC, 2010). Em teoria, a forma como as PCL beneficiam o desenvolvimento (além de reterem capital na economia nacional) ultrapassa o sector dos serviços petrolíferos ao impulsionar a economia não-petrolífera. Conforme mencionado pelo Banco Mundial, Angola está “continuamente a reformar as políticas industriais a fim de promover o crescimento e a diversificação” (Banco Mundial, 2014: 4).

A componente local consegue impulsionar a procura de uma série de bens e serviços que podem ser fornecidos à indústria petrolífera e não-petrolífera. Deste modo, as PCL ajudam a ancorar o desenvolvimento industrial do sector petrolífero, ao mesmo tempo que podem expandir-se mais além. Encontra-se

um exemplo da forma como isto pode funcionar em Angola no relatório do Banco Mundial sobre a componente local: “Foi criada capacidade industrial local no fabrico de umbilicais, tubulações ascendentes e linhas de ligação (*flowlines*), o que está ajudar a criar a procura de competências para trabalhar metal (beneficiando, desta forma, outros sectores como o da construção e o das infra-estruturas). Outras empresas de serviços locais disponibilizam serviços de venda, contratação e assistência ao cliente” (Tordo et al. 2013: 96). Conquanto o PIB de Angola seja maioritariamente constituído pelas exportações de petróleo bruto, conforme supracitado, o crescimento não-petrolífero tem sido sustentado nos últimos anos e continua a crescer, fortemente alicerçado em investimentos em transportes e infra-estruturas energéticas, bem como na construção e nos produtos manufacturados. Segundo o FMI, espera-se que o crescimento não-petrolífero atinja os 6,4%, embora parte deste crescimento se baseie na recuperação do sector agrícola após a seca de 2012 (FMI, 2014: 5). O crescimento por sector é apresentado na Tabela 3.

*Tabela 3. Produto Interno Bruto por Sector
(taxas de crescimento anuais)*

	2009	2010	2011	2012	2013*
Agricultura e Pesca	27,7	5,9	11,4	-22,5	8,6
Produtos manufacturados	5,3	10,7	8,4	14,0	8,0
Electricidade	21,3	10,9	15,0	10,4	22,4
Construção	23,7	16,1	6,8	11,7	7,6
Comércio	-1,5	8,8	12,3	13,4	5,4
Serviços	6,0	4,5	8,2	11,0	5,0
Direitos de importação	3,2	4,2	3,9	0,0	0,0
Indústrias extractivas - Petróleo	-5,1	-3,0	-5,6	4,3	0,6
Indústrias extractivas - Outras	4,6	-10,3	-3,3	0,3	6,6
Crescimento do PIB não-petrolífero	8,1	7,6	9,4	5,5	6,3
Crescimento total do PIB	2,4	3,4	3,8	5,1	4,4

Fonte: Banco Mundial (2014)

**Previsões*

Embora as PCL possam proteger as indústrias locais em determinados aspectos, podem ser prejudiciais noutros. Segundo Esteves *et al.* “a procura de bens locais como consequência da componente local pode ter um efeito inflacionista em certos bens básicos que os tornam inacessíveis à população local”. E continua: “o impacto da economia local é limitado quando os bens fornecidos às empresas de petróleo, gás e exploração mineira são meramente importados, reembalados e revendidos por empresas locais” (Esteves *et al.*, 2013: 6-7). Estas preocupações sugerem que o Estado deve ultrapassar políticas de promoção da componente local e do desenvolvimento de PME. O desenvolvimento centralizado no Estado através dos recursos naturais exige igualmente a limitação do favorecimento político e o aumento do investimento político em sectores não-petrolíferos determinantes, como a agricultura, e o apoio ao sector financeiro angolano, de modo a reforçar a eficácia da política monetária e o combate à fuga de capital.

Em relação ao sector financeiro existe uma derradeira PCL que entrou recentemente em vigor. Julga-se, muitas vezes, que a componente local se refere a sondagens, plataformas e demais equipamento altamente especializado. Todavia, as empresas petrolíferas precisam igualmente de seguros e de tecnologia de informação e comunicação, bem como de serviços financeiros. Todos estes sectores podem ser dinamizados se as IOC forem obrigadas a recorrer a empresas locais dessas áreas. Em 2012, foram aprovados novos regulamentos sobre moeda estrangeira, exigindo às empresas petrolíferas que liquidassem todas as suas obrigações fiscais e pagamentos de bens e serviços de empresas estrangeiras a partir de contas em moeda estrangeira existentes em bancos angolanos e pagassem os impostos a Angola e liquidassem todos os pagamentos de bens e serviços devidos a angolanos na unidade monetária nacional. A nova política é um grande impulso para a indústria financeira angolana. Apesar das preocupações das IOC e de instituições financeiras internacionais sobre eventuais efeitos negativos, desde a sua implementação, em 2013, tem havido poucas dificuldades e até o FMI concorda que a política melhorou as operações de mercado, proporcionou maior eficácia à política monetária e deve contribuir para estancar a fuga de capitais (Staines, 2013; FMI, 2014).

Os produtos manufacturados e os serviços encontram-se igualmente no cerne do novo potencial de crescimento não-petrolífero ancorado na indústria petrolífera, através de políticas de componente local. Pode aperceber-se da

importância destes sectores ao examinar a Tabela 3. Infelizmente, existem, neste momento, escassas evidências empíricas que permitam avaliar a dimensão do êxito do impulso na componente local, financiado pelo petróleo, ou ligar o considerável crescimento não-petrolífero às políticas de componente local. Continua a faltar um plano director para a componente local e é difícil apercebermo-nos até que ponto a componente local se enquadra no desenvolvimento nacional. Este tipo de planos nacionais coordenados com o sector industrial foram cruciais para o êxito dos estados da Ásia Oriental orientados para o desenvolvimento. Além do mais, o governo exclui a contribuição de organizações de cidadãos e da sociedade civil ou mesmo de serem informadas sobre política e novas iniciativas.

O governo de Angola, através do Ministério dos Petróleos e da Sonangol, adoptou claramente as PCL como um meio de maximizar os lucros dos recursos petrolíferos. Apesar da falta de evidências empíricas de ter havido efeitos positivos até à data e de um impacto a curto prazo cada vez mais grave ocasionado pelo choque mundial do preço do petróleo, que levou a uma queda de preços superior a 50% entre o início do último trimestre de 2014 e o final do primeiro trimestre de 2015, existem razões para acreditar que as PCL podem vir a contribuir para o crescimento económico e a diversificação. Além do mais, as PCL enquadram-se numa estratégia mais abrangente de investimento público, de planeamento do desenvolvimento e de protecção das indústrias nacionais.

3.2. Petróleo para o desenvolvimento urbanístico liderado pelo Estado

Além de recorrer à componente local na indústria do petróleo e do gás para promover o desenvolvimento económico, os esforços do governo de Angola para financiar a construção de habitação social podem ser considerados como uma forma de abordar a necessidade de desenvolvimento social no país. Estes esforços têm-se concentrado maioritariamente em Luanda, onde se estima que o crescimento urbano médio seja superior (5,8%) ao de qualquer outra cidade africana entre 2005 e 2010 (ONU-Habitat, 2008: 137). Actualmente, a cidade acolhe uma população avaliada em 6 a 7 milhões de habitantes, dois terços da qual vive em aglomerados informais na periferia e 60% com menos de 2 dólares por dia (DW e CEHS, 2005; CEIC, 2010). A falta de utilização

de materiais de construção adequados para a autoconstrução, bem como a falta de acesso a saneamento básico, água e electricidade levou o governo a concluir que um número tão elevado quanto 90,9% da população urbana angolana vive em “condições impróprias” (INE, 2010), enquanto o défice total de habitação formal foi calculado em 1,7 milhões de casas (PortalAngop, 2013). A disponibilização de habitação decente e a preços aceitáveis poderia tornar-se numa importante contribuição para o combate às desigualdades sociais e económicas ao melhorar os níveis de saúde e de vida, bem como criando empregos e oportunidades para a criação de riqueza.

Uma introdução ao papel do Estado na habitação em Angola

Os esforços do governo para promover melhores condições de habitação remontam aos primeiros anos de independência. Durante o colonialismo, a maioria dos angolanos foi proibida de habitar nos centros urbanos. Em 1960, o município de Luanda dividia-se em três bairros. O primeiro bairro foi a planeada “cidade branca”, na qual habitava apenas 19% da população, mas quase 47% da população branca de Luanda. Os serviços básicos e a gestão urbana em geral estavam, habitualmente, confinados a este bairro. Os outros dois bairros albergavam a restante população. A maioria dos habitantes destas áreas era preta (Amaral, 1968: 64). Nos derradeiros anos da colonização, os portugueses efectuaram alguns esforços para resolver aquela que, já então, se denominava “a crise habitacional”, ao construir, por exemplo, casas para as classes trabalhadoras e encomendar planos directores que previam a construção de cidades-satélite para descentralizar o crescimento urbano (Albuquerque Mourão, 2006). Todavia, o impacto destes esforços foi limitado, já que a maioria dos portugueses abandonou o país antes da total implementação destes planos.

Nos primeiros anos da independência, a maioria das casas e propriedades abandonadas pelos portugueses foi ilegalmente ocupada. A nacionalização de toda a terra e habitações, anteriormente propriedade de portugueses, pelo governo socialista do MPLA, tornou esses ocupantes em arrendatários do Estado. Fizeram-se igualmente alguns esforços para modernizar os povoados informais e organizar o arrendamento de terras de modo a facilitar a autoconstrução. Todavia, a habitação social, com o apoio de Cuba e, em menor dimensão, da Jugoslávia e da União Soviética, tornou-se na principal prática do governo.

No período de 1977 a 1987, cerca de 3.000 prédios de apartamentos de cinco andares foram construídos pelos cubanos, principalmente em Luanda e nas vizinhas províncias de Benguela e Kwanza Sul (Greger, 1990): 138). Ainda assim, após um recorde em 1985, a partir de 1987 o investimento em habitação nas cidades reduzira-se praticamente a zero e a construção informal e clandestina tornou-se na forma mais comum de construção nas cidades (Amado *et al.* 1992: 45).

Nesses anos, Luanda chegou a ter quase um milhão de habitantes em 1980, que eram cerca de 500.000 aquando da independência. Este crescimento resultou de um influxo maciço de retornados exilados no Zaire¹⁴ bem como de migrantes das zonas rurais (Robson e Roque, 2001: 29-31). Embora o Estado fosse o principal proprietário, detentor quer do parque habitacional colonial quer das casas construídas nos primeiros anos da independência, não possuía nem verba nem capacidade para mantê-los. Com a transição para a economia de mercado no início da década de 1990, o Estado privatizou o seu parque habitacional vendendo casas por preços simbólicos.

No período que antecedeu o final da guerra, iniciaram-se esforços para retomar o desenvolvimento da capital. A zona sudeste de Luanda foi escolhida para a expansão de construções residenciais de alta qualidade para expatriados, bem como para reinstalar pessoas internamente deslocadas e populações que habitavam em áreas da cidade que iriam ser reconvertidas. Nos primeiros anos após o final da guerra, existiu também um projecto de construção de habitações para funcionários públicos, enquanto um projecto desenvolvido nos arredores de Luanda se destinava a albergar veteranos de guerra. Ainda assim, apesar destes projectos, a intervenção estatal na habitação foi mais marcada pelas demolições em larga escala de casas dos pobres urbanos do que pela sua construção (Amnistia Internacional, 2003; HRW, 2007). Para a maioria dos habitantes citadinos, a habitação formal continuou a ser inatingível devido à escassez de alojamento, a materiais de construção dispendiosos e à falta de acesso a preços aceitáveis ao financiamento para

14 As pessoas começaram a regressar após o acordo de paz com o Zaire, em 1978. Até então, Mobutu apoiara a FNLA, sediada em Kinshasa. A paz abriu caminho ao regresso a Angola de dezenas de milhares de antigos exilados Bakongo, que tinham fugido do norte de Angola no rescaldo da revolta de 1961, acompanhados pelos seus filhos zairenses.

compra de habitação própria (FinMark Trust, 2010).

Políticas de habitação do pós-guerra

Até 2006, o governo angolano não tinha qualquer política urbanística específica. Nos primeiros anos a seguir à guerra, o governo concentrou-se na substituição das leis coloniais sobre o planeamento do território e urbano e na criação de um quadro institucional para a gestão das novas leis, criando o Ministério do Urbanismo e do Ambiente e o Instituto Nacional de Habitação, bem como o Instituto de Gestão do Planeamento Urbano para Luanda.

Em 2006, foi aprovada uma Política de Habitação oficial, a qual identificou a necessidade de uma série de intervenções visando garantir o direito universal à habitação. Seguiu-se-lhe a adopção de uma lei-quadro sobre habitação em 2007, a qual estabeleceu a existência de um Fundo de Habitação que se destinava a “todas as entidades públicas, privadas e cooperativas que promovam a construção de habitação social e aos cidadãos em geral” (lei 3/07 de 3 de Setembro).

No período que antecedeu as eleições legislativas de Setembro de 2008, o partido no poder anunciou um plano de construção de um milhão de casas em todo o país, até 2012, o qual foi posteriormente reformulado no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, em 2009. Sob o lema *Meu sonho, minha casa*, este programa garantia que, do milhão de casas, 685.000 seriam construídas em modo de autoconstrução, 115.000 pelo governo, 120.000 pelo sector privado e 80.000 por cooperativas. Todavia, o Estado mantinha-se responsável pelo desenvolvimento do território e das infra-estruturas, através da identificação de reservas fundiárias públicas, acesso ao crédito para habitação através de um Fundo de Habitação, bem como pela disponibilização de materiais de construção subsidiados que permitissem a autoconstrução através do projecto *Nossa Casa*. Assim, o Estado tornou-se no “guia, organizador e regulador do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação” (Resolução 77/09 de 7 de Setembro).

Figura 2. Principais ferramentas políticas e institucionais para o desenvolvimento habitacional e urbano no pós-guerra

Lei	Regulamento
Lei 3/04 de 25 de Junho	Regulamenta o planeamento urbanístico e territorial
Lei 9/04 de 9 de Novembro	Regulamenta o território
Decreto 12/04 de 9 de Março	Cria o Instituto Nacional de Habitação
Resolução 60/06 de 4 de Setembro	Adopta a política governamental de promoção da habitação
Decreto 6/07 de 6 de Fevereiro	Cria o Instituto de Planeamento e Gestão Urbana para Luanda
Decreto 62-65/07 de 13 de Agosto	Constitui reservas fundiárias públicas para a construção de novas cidades na província de Luanda
Lei 3/07 de 3 de Setembro	Adopta o Enquadramento Habitacional
Decreto 80-112/08 de 26 de Setembro	Constitui reservas fundiárias públicas nas províncias de Cunene, Uíge, Zaire, Namibe; Bié, Luanda, Benguela Cabinda Cuando Cubango, Huíla; Lunda Norte, Lunda Sul, Kwanza Sul, Kwanza Norte e Huambo
Resolução 20/09 de 11 de Março	Aprova o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação
Despacho 9/09 de 31 de Março	Cria a Comissão Nacional para a Implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação
Resolução 76/09	Aprova o projecto <i>Nossa Casa</i>
Decreto 54/09 de 28 de Setembro	Regulamenta e estrutura o Fundo Habitacional

Embora o quadro legal e institucional criado nos anos do pós-guerra permitisse uma abordagem multifacetada do desenvolvimento urbano, a prática demonstrou que, tal como nos primeiros anos a seguir à guerra, a construção pública se tornou na principal estratégia do governo. Além disso, o progresso desta estratégia tornou-se cada vez mais dependente da disponibilidade de linhas de crédito sustentadas pelo petróleo, principalmente da China (Croese, 2012). Em 2004, uma linha de crédito sustentada pelo petróleo de 2 mil

milhões de dólares, concedida pelo *Export-Import Bank* (Exim) da China, tornara-se na principal fonte de financiamento do Programa Público de Investimento de Angola no período de 2004-2006, financiando mais de 100 contratos nas áreas da saúde, educação, energia e água, agricultura, transportes, comunicação social e obras públicas. Esta linha de crédito foi prorrogada em 2007, com 2,5 mil milhões de dólares adicionais, destinados a financiar acções complementares de projectos da primeira linha de crédito, bem como mais 100 projectos (Vines e Campos, 2008: 5-8). Outra linha de crédito, no valor de 9,8 mil milhões de dólares, de uma entidade privada denominada *China International Fund* (CIF), foi anunciada em 2005, com o objectivo de financiar o estudo e a execução de obras de modernização e reabilitação na cidade de Luanda, um contrato de engenharia, adjudicação e construção de um novo aeroporto internacional em Luanda, a construção de 215.000 habitações, bem como a elaboração de um plano para uma “Nova Cidade de Luanda” (Resolução 61/06 de 4 de Setembro). Enquanto o Ministério das Finanças angolano geria o financiamento do Banco Exim, foi criado um Gabinete de Reconstrução Nacional, (ou GRN), para gerir os projectos especiais financiados por esta linha de crédito.

Embora fosse inicialmente anunciada a alocação de 50 mil milhões de dólares para a implementação do Programa Nacional de Habitação, esta não foi de facto executável. A linha de crédito do CIF, reduzida dos anunciados 9,8 mil milhões de dólares para 2,9 mil milhões de dólares, em 2007, fracassara, forçando o Ministério das Finanças a garantir o financiamento nacional através da venda de obrigações do Tesouro (Corkin, 2013: 135-136; Vines et al. 2009: 53). Após uma diminuição das receitas do petróleo, devido à crise financeira global de 2008 e 2009, o governo de Angola devia um total de 6,8 mil milhões de dólares a empresas que tinham executado projectos de Investimento Público e os progressos do Programa de Implementação de Habitação eram residuais (Governo de Angola, 2010a).

Em 2010, o Presidente dos Santos assumiu a coordenação da implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação e a gestão e financiamento de projectos habitacionais que já estavam a decorrer foram reorganizados. Neles se incluía o projecto Kilamba, uma nova cidade-satélite que estava a ser construída na periferia de Luanda. O noticiado contrato de 3,5 mil milhões de dólares para este projecto fora assinado em 2007 pelo

representante do Grupo GRN e CITIC, uma empresa pública chinesa. Contudo, desde então a linha de crédito do CIF, ao abrigo da qual o contrato seria financiado, faliu. De modo a pagar os serviços em atraso ao Grupo CITIC, foi mobilizada a empresa pública Sonangol (Corkin, 2013: 138). Um relatório do FMI confirma que, neste período, a Sonangol não apenas financiou projectos urbanísticos mas também ferroviários, de reabilitação e infra-estruturais vários, incluindo zonas económicas especiais (FMI, 2012: 34). A Sonangol foi igualmente incumbida de assumir a gestão e comercialização dos 20.000 apartamentos em construção em Kilamba, bem como de outros projectos urbanísticos anteriormente planeados para serem geridos pelo Gabinete de Reconstrução Nacional.

A fim de garantir o financiamento destes projectos urbanísticos adicionais, foram negociadas linhas de crédito suplementares. Incluíam uma linha de crédito de 1 milhar de milhão de dólares do Fundo de Fomento à Exportação, do Brasil, anunciado em 2010 após uma visita do Presidente dos Santos ao seu homólogo brasileiro, tornando Angola na maior beneficiária deste Fundo (Itamarati, 2010). Ao abrigo deste Fundo, bem como de linhas de crédito prorrogadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social do Brasil, contrataram-se empresas brasileiras para executar os projectos infra-estruturais e urbanísticos em Angola, incluindo o desenvolvimento de habitação social em Luanda. Incluído no total de 14,5 mil milhões de dólares de linhas de crédito chinesas, foram anunciados 1,5 mil milhões de dólares do *China Development Bank* e 2,5 mil milhões de dólares do *Industrial and Commercial Bank* da China, que se destinavam a financiar o desenvolvimento de infra-estruturas urbanas. Este desenvolvimento incluiria, alegadamente, a construção de habitações em dois dos mais antigos bairros de Luanda, Cazenga e Sambizanga, no âmbito da reconversão da zona setentrional da cidade, bem como a construção de 100.000 casas em diversas províncias do país (Jornal de Angola, 2011). Por último, ao abrigo de uma linha de crédito sustentada pelo petróleo, no valor de 750 milhões de dólares, do Grupo israelita LR, a Sonangol participou numa parceria com uma empresa israelita visando desenvolver projectos urbanísticos em diversas províncias do país (Exame Angola, 2011).

A disponibilidade destas novas linhas de crédito e parcerias explica a reformulação, em 2011, do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação,

emergindo a Sonangol e o governo como os principais impulsionadores da implementação do programa.

Figura 3. Alvos do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação 2009-2012

	2009	2011
Autoconstrução	685.000 (420.000 urbanas e 265.000 rurais)	420.000 (urbanas, 10.000 parcelas das quais executadas pela Sonangol)
Sector privado (2009)		
Sonangol (2011)	120.000	120.000
Governo	115.000	56 novas áreas urbanas com 144.037 habitações sociais (incluindo 10.000 auto-construídas)
Cooperativas (2009)		
Sector privado (2011)	80.000	80.000
Total	1.000.000	644.037

Fonte: Imprensa angolana em Croese (2012: 136)

Desde 2011, a maioria da habitação social construída consistiu em projectos urbanísticos massificados, financiados por linhas de crédito sustentadas pelo petróleo, e construídos por empresas chinesas, como os projectos urbanísticos de Cacuaco (Sequele), Km 44 e *Condomínio Vida Pacífica* de Zango, em Luanda. Juntamente com o projecto Kilamba, estima-se que estes projectos adicionem 70.000 habitações ao parque habitacional formal. Além de Luanda, há projectos urbanísticos construídos pelos chineses a decorrer nas províncias de Malange, Lunda Norte e Cabinda. Além disso, ao abrigo da linha de crédito israelita e em parceria com a Sonangol, estão em construção projectos urbanísticos nas províncias do Bié, Huambo, Moxico, Kwanza Sul, Uíge e Luanda, ascendendo, alegadamente, a 40.000 casas. Por último, em 2012 foi lançado um programa que visa a construção de 200 casas em cada município do país, no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

Êxitos iniciais e desafios actuais

Inicialmente, houve dúvidas e cepticismo quanto à capacidade do Estado para implementar o Programa Urbanístico. Após a inauguração da nova cidade de Kilamba, em 2011, observadores internacionais classificaram-na como uma cidade-fantasma chinesa já que, inicialmente, muito poucas pessoas se mudaram para a cidade (*BBC News*, 2012). Quando foram introduzidas novas rendas e esquemas de aquisição a preços aceitáveis esta situação alterou-se significativamente e a primeira fase do projecto está, neste momento, praticamente toda ocupada. Estudos sobre o mercado imobiliário angolano indicam que os projectos de habitação social do Estado na capital ampliaram o parque habitacional formal, disponibilizando habitações a preços mais acessíveis. Além do mais, as áreas circundantes de projectos de habitação social atraíram projectos adicionais de desenvolvimento urbanístico para os segmentos médio e baixo da população, impulsionados por promotores privados (ProPrime, 2014).

A utilização de linhas de crédito sustentadas pelo petróleo para financiar o desenvolvimento urbanístico escamoteou a volatilidade do mercado petrolífero e o potencial risco adverso dos promotores privados. Tal como os peritos tinham anunciado, os empréstimos sustentados pelo petróleo não são reembolsados em espécie (ou seja, através da expedição de petróleo). O petróleo funciona, mais propriamente, como uma garantia. Os rendimentos das vendas de petróleo são depositados na conta do mutuário como forma de garantir o pagamento. Este facto transformou a maioria do crédito em mecanismos de crédito renovável para financiar contratos de construção e infra-estruturas (Bruatigem, 2009; Alves, 2010; Corkin, 2013). Além disso, Alves realça que, em comparação com contextos em que o poder está mais descentralizado, “a cadeia de autoridade linear e indiscutível, enraizada na presidência - vínculo familiar á Sonangol, garante que o executivo controla facilmente os desenvolvimentos [financiados pelo] sector do [petróleo]” (Alves, 2013: 120).

Todavia, existem inúmeras limitações ao uso centralizado de recursos petrolíferos para o desenvolvimento urbanístico. Na verdade, a maioria dos projectos de habitação social implementados até agora é controlada pela Presidência ou por agências especiais que respondem perante a Presidência, como a GRN e a empresa pública Sonangol, minimizando os papéis das

instituições e dos governos locais oficialmente responsáveis pelo planeamento urbano e pelo desenvolvimento. Isto limita as oportunidades de consolidação da capacidade das estruturas governamentais convencionais e locais, as quais permanecem responsáveis pela gestão do território e pelas infra-estruturas, mas não beneficiaram nem do mesmo apoio nem dos mesmos recursos das agências especiais incumbidas da construção das habitações.

Enquanto os grupos da sociedade civil ainda eram consultados durante os primeiros anos após o final da guerra, por exemplo, no tocante à nova lei dos solos adoptada em 2004, as organizações da sociedade civil têm sido raramente ou nunca consultadas sobre leis e políticas urbanísticas que foram adoptadas nos anos seguintes. Daqui resultou uma única ênfase na construção de habitações, quase sem espaço para o contributo de organizações não-governamentais que realçam a importância do desenvolvimento urbano a favor dos pobres baseado na comunidade¹⁵ ou para organizações profissionais que advogam a importância das condições básicas necessárias para a manutenção de um sólido mercado imobiliário, bem como de um mercado de habitação regulamentado, o qual incluía o financiamento de habitação a preços acessíveis, uma população trabalhadora que esteja incluída no sistema bancário, acesso à terra e a títulos fundiários, a existência de uma mão-de-obra especializada e de um mercado de materiais de construção credível¹⁶.

Ao usar recursos petrolíferos para externalizar a construção de habitações através de financiamento externo bem como da utilização de matérias-primas, o governo limitou igualmente oportunidades de as indústrias locais contribuírem para a implementação do programa urbanístico. No seu estudo sobre a gestão angolana das linhas de crédito chinesas, Corkin conclui que, em geral, “o governo angolano não promoveu activamente, e, na verdade, enfraqueceu deliberadamente, as circunstâncias sob as quais podia ocorrer a participação local na reconstrução nacional através de projectos de construção financiados pela China” (Corkin, 2013: 99).

Além disso, relatórios que se debruçaram sobre o opaco *China*

15 Consultar, por exemplo, o trabalho da ONG angolana Development Workshop, em <http://www.dw.angonet.org/>

16 Consultar, por exemplo, o *Diagnóstico do Sector Imobiliário em Angola* da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), em <http://www.apima.co.ao/>

International Fund apontam para que, embora esta entidade seja uma das principais fontes de crédito do governo angolano, continua a desempenhar um papel significativo como um eficaz corretor das vendas de petróleo angolano à China, numa teia complexa que envolve funcionários do governo angolano, que ocupam cargos tão elevados como o do anterior presidente da Sonangol e actual vice-presidente da República, Manuel Vicente (*The Economist*, 2011; Murray *et al.* 2011). Sob este prisma, é preocupante que, até à data, não tenha havido qualquer avaliação da implementação do programa nacional de urbanização e que a informação sobre o seu progresso esteja dispersa. Embora a inauguração de projectos urbanísticos massificadores tenha sido amplamente divulgada, não existe praticamente nenhuma informação sobre outras partes do programa urbanístico, como o da autoconstrução. Por exemplo, um relatório sobre o desempenho do órgão executivo do governo no segundo semestre de 2011 debate o progresso de inúmeros projectos urbanísticos mas afirma não estar disponível qualquer informação sobre o progresso da disponibilização de terrenos para autoconstrução, além da criação de 214 reservas fundiárias até 2009 (Governo de Angola, 2011: 34-39).

Por outro lado, o Plano Nacional de Desenvolvimento para o período de 2013 a 2017 refere apenas números do Ministério do Urbanismo e Construção, afirmando que, em 2012, foram construídas 6.670 casas no âmbito de projectos sob os auspícios do Ministério. Os números sobre projectos urbanísticos geridos por ou em associação com a petrolífera pública estavam em actualização (Governo de Angola, 2012: 125). Enquanto isso, o programa eleitoral do MPLA para o mesmo período proclamava que o governo do MPLA terminaria a implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação até 2014 (MPLA, 2012: 66). Ademais, a falta de informação sobre os termos exactos de todas as linhas de crédito destinadas ao financiamento de projectos habitacionais limita igualmente a dimensão do escrutínio público sobre a utilização dada aos fundos.

4. A natureza bifacetada das intervenções orientadas para o desenvolvimento no pós-guerra

Apesar da maldição dos recursos, o petróleo abre muitas portas para os estados promoverem o desenvolvimento. O desenvolvimento financiado pelo petróleo implica reinvestimento e redistribuição das suas receitas, por forma a fomentar os objectivos de desenvolvimento e as políticas de promoção da componente local. Contudo, a nossa análise da componente local praticada em Angola, a par do desenvolvimento urbanístico público, demonstra que se tem agido desonestamente no desenvolvimento. Apesar de se poder considerar real a intenção de implementar políticas agregadas a um ganho no desenvolvimento, existe uma natureza bifacetada nas escolhas políticas praticadas pelas elites angolanas.

Angola depara-se com inúmeros desafios ao desenvolvimento, todavia as políticas angolanas de desenvolvimento reflectem um choque entre o crescimento económico e o desenvolvimento social, político e humano. Na verdade, Angola constitui uma excelente base para extensos debates ideológicos sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento. No entanto, a nossa análise não é tão simples como possa sugerir a escolha de nos concentrarmos na componente local de petróleo, gás e habitação. Não se pode considerar que a política de componente local ou a de habitação promovam uma faceta do desenvolvimento em detrimento de outra. Na verdade, em ambos os casos, existe potencial para que as políticas governamentais contribuam directamente para uma melhoria sustentável do bem-estar humano e da qualidade da vida do dia-a-dia, e beneficiem minorias em vez de maiorias, pois reforçam a natureza antidemocrática e hierárquica da governação do MPLA. Apesar dos resultados pró-desenvolvimento e anti-desenvolvimento poderem coexistir num curto prazo, a falta de transparência e de responsabilização poderão afectar gravemente o país no longo prazo.

De forma a reforçar este argumento, analisamos na secção seguinte os elementos centrais do desenvolvimento centralizado no Estado na Angola do pós-guerra - nomeadamente a diversificação económica e o desenvolvimento não-petrolífero, o investimento público nas infra-estruturas e o papel da empresa petrolífera pública Sonangol.

Políticas para promoção da diversificação económica e do desenvolvimento económico não-petrolífero

O crescimento económico, mesmo não sendo um fim em si mesmo nem de si mesmo, constitui um elemento importante do desenvolvimento humano sustentável. Pode igualmente medir-se para avaliar o desempenho económico recente. O crescimento do PIB, devido à exportação de petróleo bruto, é importante para a empregabilidade nacional. O crescimento no PIB não-petrolífero é muito mais indicador de uma empregabilidade crescente e, conseqüentemente, de bem-estar humano. Contudo, poderá possuir pouca conotação com o desenvolvimento humano no que diz respeito ao impacto sobre as preocupações fundamentais de reduzir a desigualdade de rendimentos e a pobreza. Não obstante, com o desemprego a rondar os 25%, segundo dados do Banco Mundial, é clara a urgência do crescimento não-petrolífero e da diversificação económica em Angola (Tordo *et al.* 2013). Conseqüentemente, examina-se nesta secção o desenvolvimento não-petrolífero, os programas desenvolvidos especificamente para fomentar a diversificação e o plano para o futuro desenvolvimento económico e social. Iremos realçar os ganhos da implementação de políticas e programas de desenvolvimento e os desafios de superar o comportamento díspar e predatório.

A OSISA louva o governo angolano pelo anúncio, em 2012, de que iria investir 1,8 mil milhões de dólares para “ajudar a criar PME, desenvolver as existentes e reduzir a dependência da economia do Estado”, escrevendo “o governo é o maior empregador do país e o apoio às PME, em especial através da extensão do crédito, contribuiria grandemente para um desenvolvimento sustentável de Angola” (OSISA, 2013: 22). A promoção de uma diversificação económica é importante quando o petróleo é usado para o desenvolvimento. É igualmente importante aquando do combate aos efeitos da “Doença Holandesa” (consultar a nota 5).

Segundo o Banco Mundial, Angola apoia o sector não-petrolífero através de um determinado número de programas, incluindo o Angola Investe, que se concentra na expansão do acesso ao crédito entre micro, pequenas e médias empresas, bem como o mais recente Crédito Agrícola de Campanha - Programa de Aquisição de Produtos Agrícolas. Este último “permitirá aos pequenos agricultores consolidarem os seus produtos e vendê-los directamente à indústria através de pontos de comercialização centralizados, evitando o

ineficiente sistema actual, no qual inúmeras transacções à vista têm lugar através de intermediários” (Banco Mundial, 2014: 4).

Apesar de não contarem com mais do que financiamento para os Serviços de Desenvolvimento de Negócios¹⁷, estes exemplos formam exactamente o tipo de intervenções necessárias, tanto para promover um crescimento económico amplo e inclusivo como, e mais importante ainda, para fomentar o desenvolvimento humano¹⁸. Todavia, no que diz respeito ao sector agrícola, Ovadia (2015b) concluiu que a política pública tem frustrado em muito os pequenos produtores. Uma pesquisa levada a cabo por uma ONG angolana indica que se reembolsaram apenas 2,2% dos 170 milhões de dólares fornecidos em empréstimos aos agricultores sob a alçada do Programa de Crédito Agrícola. Além disso, apenas 5% dos pequenos agricultores beneficiaram deste esquema (Gomes, 2015). Contudo, à excepção da seca de 2012, o crescimento agrícola tem sido sólido e tem beneficiado em larga escala com o fim da guerra e com novo investimento nas infra-estruturas, que permite aos agricultores colocarem os seus produtos no mercado.

O programa *Angola Investe* apoia micro, pequenas em médias empresas (MPM) ao garantir até 70% do valor do empréstimo a uma pequena empresa. Segundo o Banco Mundial, o programa assegurou parcialmente 187 empréstimos em 2013. E concluem que o “programa aparenta ter sucesso até ao presente e poderá aumentar o crescimento das MPM” (Banco Mundial, 2014: 13-14). Infelizmente, ainda é muito cedo para analisar se estes programas têm a capacidade de virar do avesso a história dos programas governamentais de desenvolvimento agrícola.

Apesar de a economia de Angola ter crescido menos rapidamente em 2013, a economia não-petrolífera expandiu-se rapidamente. O PIB real cresceu 4,4% no total, mas o crescimento do PIB não-petrolífero foi de 6,3%. Estas estatísticas levaram o Banco Mundial a concluir que o “sector não-petrolífero

17 Os Serviços de Desenvolvimento de Negócios são promovidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para mais informação, consulte <http://ilo.org/empent/areas/business-development-services-bds/lang-en/index.htm>

18 Porventura a intervenção mais importante no que respeita ao desenvolvimento humano seria, contudo, uma redistribuição das terras. Apesar de a reforma fundiária se encontrar para além do intuito desta análise, consultar Cain (2013) para um debate mais profundo do tema.

goza de um crescimento sólido” (Banco Mundial, 2014: i). Os produtos manufacturados e os serviços constituem a maior fatia deste crescimento. Tal como na agricultura, o investimento do Estado nas infra-estruturas (que será discutido mais à frente) foi fundamental para a expansão destes sectores. Segundo o relatório de 2014 sobre as “Perspectivas Económicas em África”, o PIB angolano deverá crescer com confiança, chegando aos 7,9% em 2014 e aos 8,8% em 2015 (BAF, 2014).

Apesar de existirem inúmeros esquemas de diversificação para o desenvolvimento agrícola e industrial, nem sempre parecem fazer parte de uma estratégia bem concebida, norteada por um planeamento e orçamentação fundamentados. Segundo um relatório do *Chr. Michelsen Institute*, uma fraca previsão das receitas tem dificultado o planeamento do governo angolano (Fjeldstad *et al.* 2014). Apesar de se focarem mais na necessidade de previsão visando uma concepção de políticas fiscais sólidas, tal competência é necessária para a preparação do orçamento do Estado e, assim, para o planeamento do desenvolvimento como um todo.

É fácil, talvez até fácil de mais, sugerir, contudo, que o Estado angolano não tem a capacidade para se orientar para o desenvolvimento ou para conceber e implementar boas políticas que fomentem a diversificação económica e o crescimento não-petrolífero. Stiglitz escreve:

Os críticos da relevância do estado fomentador e de políticas industriais em África por vezes afirmam que muitos dos países da região não possuem a capacidade institucional necessária. Contudo, esta visão deixa de lado dois pontos fundamentais. Quando muitos dos países asiáticos começaram o seu caminho para o desenvolvimento, os seus governos também eram subdesenvolvidos. Eles desenvolveram estas competências. O Estado de desenvolvimento eficaz não cai do céu da noite para o dia como o maná; tem que ser construído e, ao longo do caminho, há um *continuum* de estados “desenvolvimentistas” com capacidades variadas (Stiglitz, 2013: 6-7).

A tese de Stiglitz reforça o nosso ponto de vista de que Angola poderá ser considerada um Estado orientado para o desenvolvimento, não tanto pela sua

competência burocrática actual, mas sim pela boa concepção e sucesso das políticas implementadas para a promoção de um crescimento económico, uma governação democrática e um desenvolvimento humano a favor dos pobres. Como sabemos, o crescimento não tem necessariamente que andar a par com o desenvolvimento. Todavia, o crescimento económico acompanhado por uma desigualdade crescente não aliviará a pobreza nem promoverá o bem-estar humano. Como descrito acima, a desigualdade crescente em Angola mina consideravelmente o desenvolvimento humano.

Agravando a situação, a desigualdade em Angola tem crescido, dado que muitos projectos de desenvolvimento têm contribuído mais para o enriquecimento de elites do que para um desenvolvimento generalizado. Um dos casos em análise é o do apoio estatal aos biocombustíveis. O relatório da OSISA de 2013 sobre a indústria petrolífera salienta: “Apesar de o país depender largamente de importações de bens alimentares, o governo apostou no desenvolvimento de biocombustíveis, pondo em causa a alocação de terra fértil para culturas que não são utilizadas para produzir comida para uso interno” (OSISA, 2013: 34). O problema é que os biocombustíveis não só são produzidos às custas da produção agrícola, como são típicos da forma desigual e predatória como o Estado angolano opera.

O cerne da promoção estatal dos biocombustíveis é um investimento massivo de 200 a 500 milhões de dólares (os números variam consoante as fontes) numa unidade de transformação em Malanje, gerida pela Companhia de Bioenergia de Angola (Biocom). A Biocom é um coempreendimento entre a Odebrecht brasileira e a Damer Indústria angolana. Esta unidade de transformação não produzirá apenas etanol, mas também açúcar – um produto agrícola muito importante que Angola tem estado a importar em grandes quantidades. O governo tem chamado para si um papel muito activo neste projecto, tanto por aprová-lo e promovê-lo, como por ser um dos maiores accionistas. A Biocom pertence 40% à Odebrecht, 40% à Damer Indústria e 20% à Sonangol. Apesar de o investimento em empresas lucrativas ser um mecanismo legítimo para a promoção do desenvolvimento industrial, mais perturbador do que o investimento da Sonangol é a propriedade da Damer Indústria. Segundo o activista dos direitos humanos angolano, Rafael Marques de Morais, a empresa é propriedade do General Kopelipa, chefe do departamento militar, e de Leopoldino Fragoso do Nascimento, em co-propriedade com

o vice-presidente angolano, Manuel Vicente (Marques de Moraes, 2010a).

Na altura em que se criou a Biocom, Vicente era presidente executivo da Sonangol. Estes mesmos três homens estão por trás da Nazaki Oil and Gas, cujos negócios com a empresa petrolífera americana Cobalt International Energy a colocaram sob investigação da Autoridade de Supervisão da Bolsa norte-americana e da Secretaria da Justiça (Burgis, 2014). O facto de a Biocom ser propriedade de entidades públicas faz com que o próprio governo caia em descrédito. Estas entidades fizeram uso dos seus gabinetes para benefício próprio – um caso de corrupção evidente. A Biocom é um exemplo de um projecto estatal que aporta mais ganhos ilícitos à elite governante do que ao desenvolvimento nacional. Tais comportamentos minam profundamente a governação democrática e a responsabilização das entidades públicas. Ademais, a Biocom tem sido acusada de maus-tratos violentos aos seus empregados. Em 2014, a Odebrecht estava a ser investigada pelo governo brasileiro por alegadas condições de “trabalho escravo” no projecto da Biocom em Angola (Vieira, 2014).

Vistos em conjunto, embora o exemplo da diversificação económica e do crescimento não-petrolífero por meio dos biocombustíveis revele preocupação com as intervenções de desenvolvimento em Angola, até ao presente, o projecto parece ter apenas aumentado a riqueza e o poder da elite governante às custas do desenvolvimento humano.

Investimento em infra-estruturas

O investimento público nas infra-estruturas, do qual a construção de habitação social é um exemplo a realçar, tem representado o cerne da política do governo angolano de promoção do crescimento económico e do desenvolvimento humano, e é, provavelmente, o exemplo mais visível dos programas de reconstrução e desenvolvimento de Angola no pós-guerra. Existe uma ligação forte entre o investimento em infra-estruturas e o crescimento económico não-petrolífero. Nas palavras do Banco Mundial, “desenvolver o sector não-petrolífero requer infra-estruturas de alta qualidade. O sistema de gestão do investimento público é fundamental para assegurar a elevada qualidade das infra-estruturas públicas. O governo angolano tem envidado esforços consideráveis para melhorar a qualidade do sistema, mas ainda existem desafios a enfrentar” (Banco Mundial, 2014: i).

A experiência do Leste Asiático sugere que os estados focados no desenvolvimento têm que investir uma grande fatia do seu PIB na transformação económica. O rácio de investimento angolano de 16%, apresentado acima na Tabela 1, é principalmente constituído por investimento público. Segundo o Banco Mundial, o rácio de investimento angolano encontra-se “abaixo da média trienal de 24% da África Subsariana” (Banco Mundial, 2013: vi). Pode ser difícil avaliar a importância de alguns dados económicos em Angola devido ao contexto de guerra civil e à fiabilidade dos dados do PIB. No tocante a investimentos públicos e privados, é igualmente difícil saber o que está ou não a ser tido em conta. O que parece claro, contudo, é que o investimento é crucial ao desenvolvimento de Angola. É necessário que haja mais investimento aliado a uma distribuição equitativa do mesmo, visto que o investimento feito até agora tem alcançado impactos consideráveis.

O investimento que terá tido o maior e mais imediato impacto no crescimento do PIB não-petrolífero terá sido o da expansão do sector da electricidade, apesar de ainda haver falhas. De acordo com o Banco Mundial, “esta expansão deveria trazer um impulso permanente aos resultados económicos”. Além disso, é necessário que haja infra-estruturas de alta qualidade no sector não-petrolífero por forma a atrair o investimento privado. Deste modo, o Banco Mundial afirma que “os investimentos em transportes básicos e redes públicas, especialmente nas zonas rurais, poderiam impulsionar o insatisfatório sector agrícola angolano, enquanto modernizar a rede portuária e as principais rotas comerciais poderia reforçar a competitividade económica em geral.” (Banco Mundial, 2014: 2, 4).

Segundo um relatório redigido para a Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial, Angola gasta actualmente cerca de 4,3 mil milhões de dólares por ano em infra-estruturas (Pushak e Foster, 2011: 37). Estes números derivam de médias do investimento público de 2007 a 2009. Os autores realçam o compromisso forte com o financiamento de infra-estruturas, tais como os investimentos no potencial de geração de electricidade, o projecto milionário de reabilitação das estradas, os investimentos no porto de Luanda e o programa de reabilitação das redes hídricas urbanas. Este relatório detalha várias conquistas no investimento público e nos desafios que ainda se enfrentam em vários sectores, incluindo o da água, energético, das tecnologias de comunicação e informação, rodoviário, ferroviário, portuário

Anatureza bifacetada das intervenções orientadas para o desenvolvimento no pós-guerra

e dos transportes aéreos. Este relatório conclui que “elevar a dotação de infra-estruturas do país ao nível das dos países circundantes com rendimento médio poderia alavancar o crescimento anual de Angola em cerca de 2,9 pontos percentuais.” (Pushak e Foster, 2011: 5). Fundamentalmente, apesar de o investimento público ser utilizado ineficazmente, as novas infra-estruturas – tanto em construção quanto planeadas – consideram-se viáveis e necessárias, dado a robustez e as necessidades da economia.

O trabalho de Pushak e Foster influenciou grandemente um relatório de 2014 do Banco Mundial, onde se enfatizou repetidamente a necessidade de desenvolver um melhor sistema de gestão do investimento público para o Programa de Investimento Público (PIP). O PIP foi criado para reformar e coordenar o investimento público no Ministério do Planeamento e dar, assim, maior controle ao Presidente sobre a criação, implementação e monitoração do sistema de investimento público. Apesar das reformas que levaram à criação do PIP terem melhorado a governação em geral, ainda existem muitos desafios no que diz respeito ao tempo e custo da gestão, à avaliação dos projectos e dos impactos socioeconómicos de novos projectos (Banco Mundial, 2014: 25).

Tabela 4. Distribuição do Programa de Investimento Público, 2013

Província	Percentagem de Investimento
Bengo	3,45
Benguela	6,02
Bié	0,96
Cabinda	2,1
Cuando Cubango	2,43
Cunene	2,50
Governo Central	22,20
Huambo	1,45
Huíla	4,55
Kwanza Norte	5,90
Kwanza Sul	1,57
Luanda	31,92
Lunda Norte	3,16

Província	Percentagem de Investimento
Lunda Sul	1,07
Malange	2,28
Moxico	1,93
Namibe	3,26
Uíge	1,93
Zaire	3,26
Total	99,99

Fonte: Governo de Angola (2013)

Os investimentos públicos significativos em infra-estruturas já construídas e planeadas não irá apenas encorajar o crescimento económico mas também ajudar a combater a pobreza e a melhorar a qualidade de vida em geral, através do investimento em água, electricidade e infra-estruturas básicas. De acordo com os últimos dados do Ministério das Finanças, o PIP recebeu um orçamento de 1.517.207.848.245 Kz (cerca de 15,5 mil milhões de dólares) em 2013 (Governo de Angola, 2013). Existe alguma dificuldade nos números do Ministério das Finanças sobre o PIP, para determinar quanto do orçamento afectado foi gasto e em desagregar os dados por ano, mas é provável que estes números representem vários anos de investimento.

Ainda assim, apesar das políticas de distribuição do investimento público por todo o país, a Tabela 4 mostra que o investimento tem sido desigual. Entre duas categorias, parece que cerca de 55% do financiamento total foi para a capital, Luanda. Além disso, segundo Pushak e Foster, perdem-se em ineficiências 1,3 mil milhões de dólares dos investimentos anuais em infra-estruturas. O Índice de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial de 2013-14 afirma que a infra-estrutura angolana é uma das menos desenvolvidas a nível global (145º), podendo a sua população beneficiar de melhorias na educação e na saúde (137º) (*World Economic Forum*, 2014). Descentralizar e utilizar mais eficazmente os investimentos públicos poderia contribuir em larga escala para a resolução de assimetrias geográficas, traduzindo estes investimentos em resultados mais orientados para o desenvolvimento.

O papel da Sonangol na economia angolana do pós-guerra

Apesar de as estruturas públicas convencionais, especialmente as locais, terem permanecido relativamente fracas em termos de capacidade e recursos técnicos e financeiros, ao longo desta década a petrolífera pública Sonangol tornou-se num interveniente cada vez mais poderoso, bem organizado e influente de Angola. Chamando-lhe “o braço mais competente do estado angolano”, Patrick Heller escreve que a Sonangol “tornou-se num agente particularmente eficaz dos interesses do governo” apesar de “estar a crescer no meio de uma corrida sangrenta e destrutiva pelo poder, num estado caracterizado pelo débil capital humano e por impedimentos físicos graves à eficácia na produção” (Heller, 2012: 836). Contudo, a petrolífera é controversa dado trabalhar em sigilo, beneficiar do mecenato do Presidente e pelo seu controlo da indústria petrolífera angolana e de grandes fracções da economia angolana.

A Sonangol tem um papel tanto como concessionária do Estado e reguladora da indústria petrolífera como actor importante na exploração e produção, bem como em vários coempresendimentos de serviços petrolíferos. Como comprovado por Ovidia (2012), as actividades petrolíferas da Sonangol eliminam outras empresas angolanas. Apesar de Tordo denominar esta prática como “alavancar o seu papel decisivo como concessionária” para criar “uma rede forte de prestadores de serviços” (Tordo, 2011: 118), Ovidia chega a uma conclusão diferente, realçando que o apadrinhamento da Sonangol é um pré-requisito para se fazerem negócios na indústria petrolífera angolana. Tal apadrinhamento requer a cor política correcta bem como dar aos funcionários da empresa os incentivos certos.

A Sonangol, à qual Heller chama “um estado dentro do Estado”, contribui largamente para o desenvolvimento da economia angolana. Heller considera que as decisões de investimento da Sonangol são “claramente dirigidas para beneficiar o bem-estar económico de alguns sectores económicos de Angola”, além das receitas que entrega aos cofres do Estado e do seu papel importante como promotora da componente local (Heller, 2012). Contudo, a empresa opera sem supervisão ou fiscalização do seu poder. Tal como referido no relatório da OSISA sobre as actividades petrolíferas em Angola, “as instâncias políticas são fracas, ou inexistentes, para controlar e equilibrar actos ilícitos nas indústrias petrolíferas. O poder judiciário não é independente do poder político. O órgão legislativo tem falta de informação pertinente e necessária e só

é responsável perante o MPLA, o partido governante. Outras instâncias, como a Procuradoria-Geral e o Provedor de Justiça, prestam contas directamente ao Presidente e não apresentam os seus relatórios publicamente”. O relatório confirma ainda que a estrutura da empresa cria “oportunidades para a corrupção e transacções financeiras dúbias”. Argumenta-se que os vários papéis e funções da empresa representam um “claro conflito de interesses” (OSISA, 2013: 1-2).

O relatório da OSISA descreve a Sonangol como “a instituição mais poderosa” a seguir à Presidência, comentando que “a sua relação complexa e sigilosa criou uma espécie de governo paralelo, onde as receitas do petróleo que fluem da Sonangol alimentam um mecenato que recompensa uma pequena elite e controla o governo e o MPLA, enquanto contorna totalmente as estruturas formais do governo que poderiam controlar e equilibrar as intervenções da empresa (OSISA 2013: 16). Estas críticas constituem uma preocupação séria para o desenvolvimento de Angola. Apesar de a Sonangol ser uma líder da economia angolana, usa o seu poder para evitar que certos indivíduos e grupos participem na indústria petrolífera, tenham acesso a crédito ou ganhem contratos. Desta forma, segundo Heller, a Sonangol entrega “uma parte apreciável das receitas do petróleo à elite [angolana]” e é o “catalisador principal para uma classe endógena de negócios privados” (Heller, 2012: 860-861).

Visto que todos os contratos de serviços petrolíferos em todos os blocos petrolíferos do país têm que ter a chancela da Sonangol, esta tem um poder considerável no encaminhamento de contratos para empresas favoritas (incluindo a própria). Apesar de algumas destas actividades constituírem uma parte legítima da promoção da componente local, os papéis bifacetados da empresa são inerentemente conflituosos e a sua natureza porosa abre a porta à corrupção¹⁹. Concomitantemente, o poder único da Sonangol ajuda a manter relações políticas e económicas desiguais e antidemocráticas no país. Exemplo disto é a riqueza e poder acumulados por Manuel Vicente durante o seu mandato como director executivo da empresa.

Há inúmeros exemplos de práticas de negócio ilegais que envolvem a Sonangol e o seu antigo presidente executivo, emblemáticos do que Soares de

19 Contudo, Heller (2012) conclui que “segundo vários participantes e observadores da indústria...a incidência de pequena corrupção dentro da Sonangol é mínima”.

Oliveira denomina a “privatização do poder” em Angola (Soares de Oliveira, 2007b). Enquanto presidente executivo da Sonangol, Manuel Vicente representava a Sonangol como vice-presidente do conselho de administração do Banco Africano de Investimentos (BAI), do qual a Sonangol era accionista maioritário. Representava igualmente a Sonangol no seu coentendimento com a CIF, agindo como presidente da Sonangol China – uma posição que ele renovou controversamente, mesmo após se ter tornado Vice-Presidente de Angola (Burgis, 2012; *Africa-Asia Confidential*, 2013). Também se alega que Vicente detinha uma participação na Sonangol China (*The Economist*, 2011). Ademais, diz-se que Vicente entrou num coentendimento com o BAI para criar uma empresa de construção, que, logo a seguir, conseguiu contratos para construir a nova sede da Sonangol e a da sua filial para Investigação e Produção (Marques de Moraes, 2010b). Vicente tem investimentos em empresas petrolíferas que conseguem contratos das IOC, que têm que ser aprovados pela Sonangol, e da própria Sonangol, bem como de empresas petrolíferas como a *Nazaki*, à qual foram oferecidas participações em concessões lideradas pela Sonangol como concessionária do petróleo de Angola (ex. *Ground Report*, 2011). Estes são apenas alguns exemplos dos investimentos que Vicente e outros VIP, tais como os Generais Kopelipa e Leopoldino, fizeram e aos quais Frances Coppola, escrevendo recentemente para a *Forbes*, chamou “uma rede de corrupção” (Coppola, 2014)²⁰.

Estas actividades impelem o governo angolano a cair em descrédito. Consequentemente, o uso da componente local para acumulação de riqueza pessoal²¹ tem que ser tido em conta a par do papel positivo que a empresa tem tido no desenvolvimento nacional. Vicente e a própria Sonangol representam o clima tenebroso e opaco que envolve fazer negócios em Angola, onde as linhas entre o privado e o público são indistintas; a elite constrói o seu poder e a sua riqueza dissimuladamente por forma a manter o poder e o secretismo impede a participação pública e a supervisão da reconstrução nacional e do desenvolvimento.

20 Coppola não se referia apenas aos desenvolvimentos no caso contra a Cobalt International Energy, mas também às alegações de que Vicente, Kopelipa e Leopoldino seriam investidores no Banco Espírito Santo Angola - outra empresa que usufruía de níveis pouco usuais de protecção estatal.

21 Uma preocupação apontada por outros, incluindo Ovadia (2012) e Heller (2012).

5. Conclusão

Neste capítulo, pretendemos analisar a medida em que os recursos naturais na Angola do pós-guerra contribuíram para o desenvolvimento. Os casos da componente local no petróleo e gás e na habitação construída pelo Estado, tais como outros aspectos da política e práticas de desenvolvimento angolanas analisados anteriormente, revelam uma liderança que emergiu de décadas de guerra com vontade de reconstruir a economia. Intervenções governamentais deliberadas promoveram o desenvolvimento económico e social, enquanto emergiu uma burocracia cada vez mais profissional, especialmente dentro da Sonangol, com capacidade de orientar novas actividades nos serviços petrolíferos e gerir o investimento público no imobiliário, na indústria e nos serviços.

Os ganhos actuais e concretos têm sido notáveis até à data, especialmente quando se fala dos elevados níveis de investimento público e do crescimento económico no sector não-petrolífero. Construíram-se dezenas de milhares de casas, estradas, caminhos-de-ferro, capacidade de produção de electricidade, infra-estruturas para água e saneamento, escolas, hospitais e muito mais. Não se pode ignorar o sucesso da instauração em Angola do enquadramento legal e institucional para implementar a agenda de desenvolvimento. As novas leis sobre *Angolanização* e desenvolvimento de várias ferramentas políticas formam a base de uma política de implementação, monitoração e de componente local de sucesso. Entretanto, na habitação, uma integralmente nova estrutura institucional, leis revistas e novos ministérios e instituições representam o eixo central do novo Programa Nacional de Urbanismo e Habitação. Concomitantemente, políticas que têm como objectivo a diversificação da economia não-petrolífera, o investimento público em infra-estruturas e a mobilização da Sonangol para o desenvolvimento representam estratégias transversais para o desenvolvimento.

Nesta perspectiva, poderia chamar-se a Angola um “estado petro-orientado para o desenvolvimento” (Ovadia, 2015a) no sentido em que segue uma liderança orientada para o desenvolvimento que tem usado a riqueza do petróleo para influenciar as operações de mercado através da empresa pública Sonangol e criar um enquadramento legal e institucional para promover o desenvolvimento económico e social de uma forma compatível com os interesses da elite.

Não obstante as suas ambições orientadas para o desenvolvimento, esta liderança tem alcançado progressos muito limitados no que concerne à transformação num estado mais ético, participativo e imputável. Implementaram-se políticas orientadas para o desenvolvimento sem legitimidade e consenso políticos abrangentes sobre quais seriam as prioridades de desenvolvimento e quais os interesses que deveriam servir. O governo não criou instituições robustas nem a supervisão democrática necessária para refrear comportamentos predatórios por parte das entidades públicas, incluindo os níveis mais elevados do governo. Mais do que com um apoio alargado, o Estado angolano preocupase mais com o apoio a elite dominante e com os interesses daqueles que se encontram no poder.

Em consequência, os resultados das políticas de desenvolvimento têm sido partilhados de forma desigual. Deste modo, a nossa análise indica que a concepção de Ovidia sobre a natureza bifacetada das políticas de conteúdo local se alarga e aplica igualmente a muitos outros programas e iniciativas governamentais de desenvolvimento. Muitas das políticas avançadas pelo governo angolano como parte da sua visão para o desenvolvimento têm sido igualmente veículos para o enriquecimento pessoal de entidades públicas e mecenato, causadores da manutenção de desigualdades sociais e económicas estruturais.

Nos anos do pós-guerra, os desequilíbrios estruturais permaneceram ou foram reforçados, o que, a longo prazo, poderá limitar o crescimento e a transformação efectiva. Economicamente, o governo continua a depender das receitas do petróleo e de instituições especiais como a Sonangol para implementar projectos de desenvolvimento. Os choques recorrentes no preço do petróleo - primeiro em 2008-2009 e mais recentemente em 2014-2015 - revelaram os limites desta abordagem. Ademais, as políticas e os investimentos públicos continuam a ser centralizados na capital, exacerbando as desigualdades geográficas e a fragilidade das estruturas públicas locais e convencionais, bem como das indústrias nacionais locais (não-petrolíferas).

Politicamente, tem havido uma continuação, mais do que uma ruptura, do projecto hierárquico socialista pós-independência para a reconstrução nacional. Em grande medida, têm-se seguido as políticas para o desenvolvimento baseado no petróleo, a par com a restrição da democracia. Cada vez menos angolanos são livres de participar na governação do país, enquanto o crescimento desigual

verificado na economia torna mais difícil, até agora, que os sucessos do governo sejam partilhados por muitos. Novas políticas, novos empréstimos e novas receitas são encobertas em sigilo, o que limita a capacidade da sociedade civil para responsabilizar o governo. Em termos sociais, a velocidade do crescimento económico ultrapassou os esforços para reduzir a pobreza e melhorar outros indicadores sociais. Mais uma vez, a divisão no desenvolvimento humano não é apenas entre ricos e pobres, tal como estudos de casos e análises ao desenvolvimento infra-estrutural indicam, mas sim entre o centro (Luanda) e a periferia. Neste contexto, as recomendações e alternativas políticas têm um valor limitado, pois o regime coloca constantemente os objectivos e estratégias de acumulação e reprodução a curto prazo à frente do desenvolvimento económico e social a longo prazo.

A falta de transparência, responsabilização e de reformas política e económica efectivas também limitam significativamente a capacidade do Estado para gerir a natureza universalmente cíclica do desenvolvimento capitalista, bem como a natureza particularmente volátil do desenvolvimento sustentado pelo petróleo, a sua vulnerabilidade aos choques dos preços e, por isso, a sua capacidade para assegurar um desenvolvimento sustentável a longo prazo. Por este motivo, a trajectória de desenvolvimento de Angola a longo prazo poderá, certamente, divergir do modelo teórico ideal de um Estado democrático orientado para o desenvolvimento.

6. Bibliografia

- Banco Africano de Desenvolvimento (2014) *Perspectiva Económica Africana 2014: Valor Global Cadeias e industrialização de África*. Abidjan, Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento.
- Albuquerque Mourão, F.A. (2006) *Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial Através de uma Leitura de Luanda: Uma Interpretação do Desenho Urbano*. São Paulo, Terceira Margem.
- Alves, A.C. (2010) ‘O fator petróleo nas relações sino-angolanas no início do século XXI. Documento ocasional 55, Instituto Sul Africano de Negócios Internacionais
- (2013) *Politica económica chinesa: um estudo comparativo do óleo para China suportados com empréstimos em Angola e no Brasil*“, jornal corrente Chines de Negócios, 42 (1), pp. 99-130.
- Alves da Rocha, M.J. (2010) *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola: Os Factores de Competitividade Territorial*. Luanda, Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica.
- Amado, F.R., F. Cruz and R. Hakkert (1992) ‘Urbanização e Desurbanização em Angola’, in *Ciências Sociais, Textos de Análise III*. Luanda, CODESRIA–Grupo de Trabalho Angola.
- Amaral, I. (1968) *Luanda: Estudo de Geografia Urbana*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar nº 53, 2ª série 152.
- Amnistia Internacional (2003) *Angola: Despejos Forçados em Luanda - Uma Chamada para uma política de habitação baseada em direitos humanos*. Londres, Amnistia Internacional.
- (2014) *Punição da dissidência: supressão da liberdade de associação e assem- 297. Angola pós-guerra: a dupla natureza do crescimento sem desenvolvimento em Angola*. Londres, Amnistia Internacional.
- BBC News (2012) *Angolanos e Chineses- construção de uma cidade fantasma*. 3 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-18646243>

Rumo a Democracia para o Desenvolvimento dos Estados a África Austral

Bender, G.J. (2004) *Angola Sob o domínio Português: O Mito e a Realidade*. Trenton, NJ, Africa World Press.

Banco Nacional de Angola (2012). *O papel da integração nos recentes desenvolvimentos económicos na SADC. Preparação para o Comitê dos Governadores dos Bancos Centrais da SADC, acolhido pelo Banco Nacional de Angola, setembro*.

Brautigam, D. (2009). *O dragão como presente: a história real da China na África*. Oxford e Nova York, Oxford University Press.

Recursos da Terra e Conflitos em Angola, por J. Unruh and R. Williams (eds), *terra e reconstrução da paz no pós-conflito* New York, Earthscan.

de Carvalho, K.V., L. Chianeque and A. Delgado (2011) 'Desigualdade em Angola' em H. Jauch and D. Muchena (eds), *Nos despedaçando: desigualdades no sul de África*. Johannesburg, OSISA.

CEIC (2010) *Relatório Económico Anual 2009*. Centro de Estudos e Investigação Científica. Luanda, Universidade Católica de Angola.

Comerford, M. (2005). *O rosto pacífico de Angola: biografia de um processo de paz. (1991 to 2002)*. Windhoek, John Meinert Printing.

Corkin, L. (2013). *Descobrimo a Agência Africana: Gestão de Angola das linhas de créditos da China*. London, Ashgate.

Croese, S. (2012). 'Um milhão de casas? Reconstrução Nacional de Angola e o envolvimento Chinês. in M. Power and A.C. Alves (eds), *China e Angola. Um casamento de conveniência?* Oxford, Pambazuka Press.

DW and CEHS (2005) *Terra. Reforma Sobre a Terra Urbana em Angola no Período Pós-Guerra: Pesquisa, Advocacia e Políticas de Desenvolvimento*. Development Workshop Occasional Paper n° 6. Luanda, Development Workshop.

Economic Intelligence Unit (2013) *Relatório do país-Angola*. London, EIU.

Esteves, A.M., B. Coyne and A. Moreno (2013). *Iniciativas de conteúdo local: aprimorando Os Benefícios Subnacionais dos Setores de Petróleo, Gás e Mineração*. New York, Revenue Watch Institute.

- Ferguson, J. (2005). “Vendo como uma empresa de petróleo: espaço, segurança e capital global numa África Neoliberal”, *American Anthropologist*, 107(3), pp. 377-382.
- FinMark Trust (2010). Acesso à Habitação e Finanças em África: Explorando as Questões. No. 11, Angola’. Disponível em http://www.housingfinanceafrica.org/wp-content/uploads/2010/05/A2HF_Angola.pdf.
- Fjeldstad, O., S.K. Jensen and F.M. Paulo (2014). Previsão para baixo da Receita: um Maior Desafio para uma política fiscal sólida em Angola. Angola Brief 4(1). Bergen, Chr. Michelsen Institute; Luanda, Centro de Estudos e Investigação Científica.
- George, E. (2005). *A Intervenção Cubana em Angola. 1965-1991: De Che Guevara ao Cuito Cuanavale*. London, Frank Cass.
- Global Witness (2002). “Todos os homens do presidente”: a história devastadora do petróleo e a guerra na privatização da banca em Angola. London, Global Witness.
- Governo de Angola (2007) *Angola 2025. Angola um País com Futuro: Sustentabilidade, Equidade, Modernidade*. Luanda, Ministry de Planeamento.
- (2009) *Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Luanda, Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.
- (2010a) Memorando. Situação da Regularização dos Atrasados Internos de 2008 e 2009 Respeitantes ao Programa de Investimentos Públicos e seu Impacto Económico. 2 July. Luanda, Ministério das Finanças.
- (2010b) Relatório de Actividades do Sector Petrolífero, Referente ao Ano de 2009. Luanda, Ministério dos Petróleos, Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.
- (2011) Memorando Sobre a Actividade do Executivo Referente ao IIº Trimestre de 2011. Luanda, Casa Civil.
- (2012) Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Luanda, Ministério de Planeamento e Desenvolvimento Territorial.

Rumo a Democracia para o Desenvolvimento dos Estados a África Austral

- (2013) Demonstrativo da Distribuição do PIP pelo Território Nacional, 22 February. Luanda, Ministério das Finanças. Disponível em http://www.minfin.gv.ao/fsys/Distr_do_PIP_Pelo_Territorio_Nacional13.pdf
- Gomes, M. (2015) 'Crédito Agrícola de Campanha Recurou Apenas 2% do que Emprestou', Rede Angola, 2 February. Disponível em <http://www.redeangola.info/credito-agricola-de-campanha-recuperou-apenas-2-do-que-emprestou/>
- Greger, O. (1990). 'Angola', em K. Mathéy (ed.), Políticas de Habitação no Terceiro Mundo Socialista. London and München, Profil-Verlag.
- Ground Report (2011). Todo entre Família: Laços privados por trás dos Lucrativos Contratos do Grupo Vernon. Contracts' 29 June. Disponível em <http://groundreport.com/all-in-the-family-private-ties-behind-vernon-groups-lucrative-contracts/>
- Heimer, F. (1979). O conflito da descolonização em Angola, 1974-1976: Um Ensaio em Sociologia política. Genebra, Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais.
- Heller, P.R.P. (2012). Angola é Sonangol. Dexterous Right Hand of the State', in D.G. Victor, D.R. Hults and M.C. Thurber (eds), Óleo e Governança: Empresas estatais e o fornecimento mundial de energia
- Hodges, T. (1976) "Como o MPLA ganhou em Angola", em C. Legum e T. Hodges, Depois de Angola. A guerra contra a África Austral. London, Rex Collings.
- (2004) Angola: Anatomia de um Estado do Petróleo. Bloomington, Indiana University Press.
- (2007). 'Fundamentos Económicos do Estado Patrimonial. Em P. Chabal and N. Vidal (eds), Angola. O peso da história. London, Hurst.
- Human Rights Watch (2007). Empurraram as casas: despejos forçados e Habitação em zonas de risco para os pobres urbanos de Luanda. New York, Human Rights Watch.
- (2011) Angola: Explicação de Fundos Governamentais desaparecidos. December. New York, Human Rights Watch.

- IMF (2003) 'Angola: 2003 Artigo IV - Relatório da Equipa; Informação pública Aviso da Diretoria Executiva sobre a discussão; e declaração do executivo Diretor para Angola'. Relatório do país do FMI nº 03/291. Washington, DC, Fundo Monetário Internacional.
- (2012) 'Angola: Sexta Revisão sob o Acordo Stand-By'. Relatório do país do FMI nº 12/103. Washington, DC, Fundo Monetário Internacional.
- (2014a) 'Perspectiva Económica Mundial: Legados, Incertezas'. Washington, DC, Fundo Monetário Internacional.
- (2014b) 'Angola: Segundo monitoramento pós-programa'. Relatório do país do FMI nº 14/81. Washington, DC, Fundo Monetário Internacional.
- INE (2010) Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-09. Agosto 2010. Luanda, Instituto Nacional de Estatística.
- (2011) Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP). Relatório Analítico. Vol. I. Luanda, Instituto Nacional de Estatística.
- (2016) 'Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014'. Luanda, Instituto Nacional de Estatística.
- Itamaraty (2010) 'Visita ao Brasil do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos – Brasília, 23 de junho de 2010'. Available at: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-aobrasil-do-presidente-da-republica-de-angola-jose-eduardo-dos-santos2013-brasil-23-de-junho-de-2010>.
- Karl, T.L. (1997) O Paradoxo da abundância: Boom petrolífero e Estado-Petro-dependente. Berkeley, University of California Press.
- Marques de Moraes, R. (2010a) 'A Presidência Angolana: O Epicentro da Corrupção'. Luanda, Maka Angola.
- (2010b) 'As Auto-Negociações do director da Sonangol', Pambazuka News, 487, 24 June 2010.

Rumo a Democracia para o Desenvolvimento dos Estados a África Austral

Messiant, C. (1992) Contexto social e político para a “Democratização” e o processo de paz em Angola “. Documento apresentado no seminário sobre Democratização em Angola, Leiden, 18 de setembro. Fundação Eduardo Mondlane, Comité da Holanda na África Austral e Centro Africano de Estudos.

(2001) “Fundação Eduardo dos Santos: Ou, como o regime de Angola está a assumir a sociedade civil”, *African Affairs*, 100, pp. 287-309.

MPLA (2012) Programa do Governo do MPLA para 2012-2017. Luanda, MPLA.

Murray, L.R., B. Morrissey, H. Ojha and P. Martin-Menard (2011), Safari africano: CIF’s pega petróleo e minerais, *Caixin Online Newsletter*, 17 October 2011.

Newitt, M. (2007) ‘Angola no contexto histórico’, em P. Chabal and N. Vidal (eds), *Angola. O peso da história*. London, Hurst.

NRGI (2013) Relatório do índice de governação de recursos 2013. Nova York, Instituto de Governação de Recursos Naturais.

OSISA (2013 Operações da Indústria Petrolífera de Angola. Johannesburg, Open Society Initiative for Southern Africa.

Ovadia, J.S. (2012) “A natureza dupla do conteúdo local na indústria do petróleo e gás de Angola: desenvolvimento vs. acumulação das elites”, *Journal of Contemporary African Studies*, 30(3), pp. 395-417.~

(2013) “A reinvenção da acumulação das elites no setor petrolífero angolano: capitalismo emergente em uma economia de Mercado”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 25, pp. 33-63.

(2014) Conteúdo local e governação dos recursos naturais: os casos de Angola e da Nigéria», as indústrias extractivas e a sociedade. , 1(2), pp. 137-146

(2015) “O Estado do Desenvolvimento em Angola e o Desafio da Agricultura e Desenvolvimento Rural”, *Revista de Estudos Portugueses*, 23(2), pp. 191-214.

(2016) O Petro-Desenvolvimento Estados de África: Fazer o petróleo trabalhar em Angola, na Nigéria e no Golfo da Guiné. London, Hurst.

- Pacheco, F. (2006) “O papel dos atores de desenvolvimento externo em cenários pós-conflito - O caso de Angola, Centro de Estudos Sociais, 258, setembro.
- Pawson, L. (2014) *Em Nome do Povo: Massacre Esquecido de Angola*. London, I.B. Tauris.
- Pereira, A.W. (1994) “A Tragédia Negligenciada: O Retorno à Guerra em Angola, 1992-3”, *Jornal de estudos modernos africanos*, 32(1), pp. 1-28.
- Portalangop 2013. Grande Entrevista. 14 December 2013. Available at: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/reconstrucao-nacional/2013/11/50/Grande-Entrevista,e1e6e017-11f8-47c2-a18696838fd0b8.html
- ProPrime (2014) *Estudo de Mercado Imobiliário Angola 2014/Angola Property Market 2014*. Luanda, Benguela, Lobito. Luanda, ProPrime.
- Pushak, N. and V. Foster (2011) *Infraestruturas em Angola: uma perspectiva continental*. Documento de trabalho de pesquisa de políticas 5813. Washington, DC, Banco Mundial.
- Redvers, L. (2013) “Angola, o comerciante relutante da SADC”. SAIIA Documento ocasional nº 152. Programa de Diplomacia Económica. Joanesburgo, Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais.
- Reed, K. (2009) *Existência do crude: meio ambiente e política do petróleo no norte de Angola*. Berkeley, University of California Press.
- Robson, P. and S. Roque (2001) “Aqui na cidade não há nada sobrando para ajudar “ em busca de solidariedade e ação coletiva em áreas peri-urbanas em Angola “. Oficina de Desenvolvimento Documento Ocasional No. 2. Guelph, Workshop de Desenvolvimento.
- Ross, M. (2012) *A Maldição do Petróleo: como a riqueza do petróleo forma o desenvolvimento das nações*. . Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Saad-Filho, A. and J. Weeks (2013) ‘Maldições, Doenças holandesa e Outras Confusões de Recursos’, *Third World Quarterly*, 34 (1), pp. 1-21.
- Shaxson, N. (2007) *Poço envenenado: A política suja do petróleo africano*. Basingstoke, Palgrave.

Rumo a Democracia para o Desenvolvimento dos Estados a África Austral

Soares de Oliveira, R. (2007a) Óleo e política no Golfo da Guiné. London, Hurst.

(2007b) 'Sucesso comercial, estilo angolano: política pós-colonial e ascensão de Sonangol', *jornal Moderno de Estudos Africanos*, 45(4), pp. 595-619.

(2015) *Terra Magnífica e Mendiga: Angola desde a Guerra Civil*. London, Hurst.

Sogge, D. (1992) *Paz sustentável: recuperação de Angola*. Harare, SARDC.

Somerville, K. (1986) *Angola: Política, Economia e Sociedade*. London, Frances Pinter.

Staines, N. (2013) 'Perspectivas económicas de Angola e a proposta de orçamento de 2014'. 14 de novembro. [Apresentação PowerPoint do FMI].

Stiglitz, J. (2013) "Como a política industrial pode ajudar a África a enfrentar os desafios do século XXI". Documento de trabalho preparado para a JICA / IPD Africa Task Force Meeting. Yokohama, Japão, 2-3 de junho.

Teka, Z. (2012) "Ligações à indústria transformadora no sector dos recursos: o caso da indústria de petróleo e gás angolana", *Política de recursos*, 37, pp. 461-467.

The Economist (2011) *The Queensway Syndicate e o Comércio Africano*. 13 de agosto.

Tordo, S. (2011) "Empresas nacionais de petróleo e criação de valor". Documento de trabalho 218. Washington, DC, Banco Mundial.

M. Warner, O.E. Manzano e Y. Anouti (2013) *Políticas de Conteúdo Local no Setor de Petróleo e Gás*. Washington, DC, Banco Mundial.

Tvedten, I. and A. Orre (2003) *Angola 2002/2003 Principais questões de desenvolvimento e descentralização democrática*. Bergen, Chr. Michelsen Institute.

Udelsmann Rodrigues, C. (2011) 'A Descentralização em Angola e os Planos de Desenvolvimento Municipal', in Y.A. Fauré e C. Udelsmann Rodrigues (eds), *Descentralização e Desenvolvimento Local em Angola e Moçambique: Processos, terrenos e atores*. Coimbra, Almedina.

- UN-Habitat (2008). O Estado das Cidades Africanas 2008: um quadro para enfrentar desafios urbanos em África. Nairobi, UN-Habitat.
- Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (2010) 'Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. A Real Riqueza das Nações: Caminhos para o Desenvolvimento Humano.' Nova York, PNUD.
- (2014) Relatório de Desenvolvimento Humano 2014. Sustentando o Progresso Humano: Reduzindo Vulnerabilidades e Construindo Resiliência “. Nova York, PNUD.
- (2012) “Estratégia do PNUD para apoiar a gestão sustentável e equitativa do setor extrativista para o desenvolvimento humano”. Nova York, PNUD.
- Vidal, N. and J. Pinto de Andrade (eds) (2008) Sociedade Civil e Política em Angola: Enquadramento Regional e Internacional. Luanda and Lisbon, Edições Firmamento, Media XXI.
- Vieira, A. (2014) “Multinacionais brasileiras acusadas de” trabalho escravo “em Angola, Africa Review, 19 de março.
- Vines, A. e I. Campos (2008) ‘Angola e China. Uma Parceria Pragmática “. Documento de trabalho apresentado em uma Conferência do CSIS, Perspectivas para melhorar a cooperação EUA-China-África, 5 de dezembro de 2007. Washington, DC, CSIS.
- Vines, A., L. Wong, M. Weimer e I. Campos (2009) ‘Sede de Petróleo Africano: Empresas de Petróleo Nacionais da Ásia na Nigéria e Angola.’ Londres, Chatham House.
- Vivoda, V. (2009) “Recursos e Nacionalismo, negociação e empresas internacionais de petróleo: desafios e mudanças no novo milênio”, Nova economia política, 14 (4), pp. 517-534.
- Fórum Econômico Mundial (2014) “Relatório da Competitividade Global 2013-2014”. Genebra, Fórum Económico Mundial.
- Whitaker, D.P. (1979) “A economia”, em I. Kaplan (ed.), Angola, um país para caso de estudo. Washington, a universidade americana.

Rumo a Democracia para o Desenvolvimento dos Estados a África Austral

Banco Mundial (2007) ‘ Associação Internacional de Desenvolvimento uma nota estratégica provisória para a República de Angola’. Relatório No. 39394-AO. 26 de abril. Washington, DC, Banco Mundial.

(2013) ‘atualização dos problemas económicos de Angola1’. Junho. Washington, DC, Banco Mundial.

(2014) ‘Atualização económica de Angola 2’. Junho. Washington, DC, Banco Mundial.

7. Legislação

Diário da República, I Series – N.º 29, Lei 1/76 of 5 fevereiro

Diário da República, I Series – N.º 90, Lei 9/04 of 9 novembro

Diário da República, I Series – N.º 51, Lei 3/04 of 25 junho

Diário da República, I Series – N.º 106, Decreto 48/06 of 1 setembro

Diário da República, I Series – N.º 107, Resolução 60/6 of 4 setembro

Diário da República, I Series – N.º 97 Decreto 62–65/07 of 13 agosto

Diário da República, I Series – N.º 106, Lei 3/07 of 3 setembro

Diário da República, I Series – Decreto 80-112/08 of 26 setembro

Diário da República, I Series – N.º 59, Despacho 9/09 of 31 março

Diário da República, I Series – N.º 118, Decreto-Lei 17/09 of 26 junho

Diário da República, I Series – N.º 169, Resolução 77/09 of 7 setembro

Diário da República, I Series – N.º 183, Decreto 54/09 of 28 setembro



OSISA

Open Society Initiative
for Southern Africa

